

ERRATA CONTRATO DE PROGRAMA E RATEIO Nº 05/2020

ERRATA:

Com relação ao Contrato de Programa e Rateio firmado entre o CIM-AMFRI e o Município de Ilhota, no ano de 2020, solicita-se considerar o seguinte:

Onde se lê:

Contrato de Programa e Rateio nº 02/2020.

Leia-se:

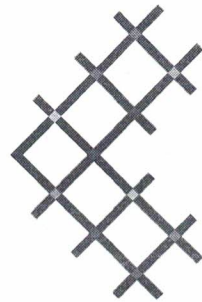
Contrato de Programa e Rateio nº 05/2020.

Itajaí, 17 de junho de 2020.



João Luiz Demantova

Diretor Executivo do CIM-AMFRI



CIMAMFRI
CONSÓRCIO MULTIFINALITÁRIO

CONTRATO DE PROGRAMA E RATEIO

Nº 05/2020

PARTES:

- MUNICÍPIO DE ILHOTA
- CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIM-AMFRI

MARÇO / 2020

SUMÁRIO

CLÁUSULA 1 –	DAS DEFINIÇÕES.....	4
CLÁUSULA 2 –	DOS ANEXOS E DA INTERPRETAÇÃO DAS CLÁUSULAS.....	4
CLÁUSULA 3 –	DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	5
CLÁUSULA 4 –	DO OBJETO.....	5
CLÁUSULA 5 –	DA DESCRIÇÃO DAS ETAPAS E DAS AÇÕES.....	6
CLÁUSULA 6 –	DO CRITÉRIO E VALORES PARA RATEIO DOS PROGRAMAS.....	6
CLÁUSULA 7 –	DO VALOR E DO REPASSE.....	6
CLÁUSULA 8 –	DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO.....	7
CLÁUSULA 9 –	DO PRAZO DE VIGÊNCIA.....	7
CLÁUSULA 10 –	DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA.....	8
CLÁUSULA 11 –	DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO.....	8
CLÁUSULA 12 –	DOS CRITÉRIOS, INDICADORES E PARÂMETROS PARA AFERIÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS.....	8
CLÁUSULA 13 –	DOS BENS.....	8
CLÁUSULA 14 –	DA LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE.....	9
CLÁUSULA 15 –	DOS CONTRATOS COM TERCEIROS.....	9
CLÁUSULA 16 –	DAS DESAPROPRIAÇÕES.....	10
CLÁUSULA 17 –	DAS OBRIGAÇÕES DO CIM-AMFRI.....	10
CLÁUSULA 18 –	DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO CONSORCIADO.....	13
CLÁUSULA 19 –	DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL E INTELECTUAL.....	14
CLÁUSULA 20 –	DA FISCALIZAÇÃO.....	14
CLÁUSULA 21 –	DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	14
CLÁUSULA 22 –	DAS PENALIDADES.....	14
CLÁUSULA 23 –	DO CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR.....	15
CLÁUSULA 24 –	DA INVALIDADE PARCIAL E INDEPENDÊNCIA ENTRE AS CLÁUSULAS.....	16
CLÁUSULA 25 –	DA ALTERAÇÃO.....	17
CLÁUSULA 26 –	DA SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS TÉCNICAS.....	17
CLÁUSULA 27 –	DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS POR MEDIAÇÃO OU ARBITRAGEM.....	18
CLÁUSULA 28 –	DA EXTINÇÃO DO CONTRATO.....	20
CLÁUSULA 29 –	DO COMPLIANCE.....	21
CLÁUSULA 30 –	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	22
CLÁUSULA 31 –	DO FORO.....	22
ANEXO A –	GLOSSÁRIO.....	24
ANEXO B –	PLANOS DE TRABALHO.....	26
ANEXO C –	MUNICIPIOS CONSORCIADOS POR PROGRAMA.....	56
ANEXO D –	TABELA DE RATEIO DAS DESPESAS POR MUNICÍPIO CONSORCIADO.....	60

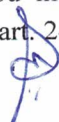
**CONTRATO PROGRAMA E RATEIO Nº
02/2020 FIRMADO ENTRE O CIM-AMFRI E
O MUNICÍPIO DE ILHOTA.**

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMFRI - CIM-AMFRI**, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.980.376/0001-04, com sede na Rua Luiz Lopes Gonzaga, nº 1655, Sala 3, Bairro São Vicente, Itajaí/SC, neste ato representado por seu **Diretor Executivo, Senhor João Luiz Demantova**, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob o nº 510.513.209-25, Carteira de Identidade sob nº 966.112-3 SSP-PR, residente na Rua 3.150, 82, apartamento 504 – Ed. Otilia Medeiros, Centro – Balneário Camboriú – SC, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto Social, doravante denominado apenas “**CIM-AMFRI**” e de outro lado o **MUNICÍPIO DE ILHOTA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob número 83.102.301/0001-53, com sede na Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro, CEP 88.320-000 – ILHOTA-SC; neste ato representado pelo seu **Prefeito o Senhor Érico de Oliveira**, Brasileiro, Casado, Empresário, Inscrito no CPF nº 291.364.239-04, Carteira de Identidade nº 338420 – SSP-SC, residente à Rua Pedro Castellain, 223, Centro – Ilhota – SC, doravante denominado apenas “**MUNICÍPIO CONSORCIADO**”.

Considerando o **CONTRATO DE CONSÓRCIO** decorrente do **PROTOCOLO DE INTENÇÕES** firmado em 27 de julho de 2018, com fundamento na Lei federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005 e no Decreto Federal n. 6.017, de 17 de janeiro de 2007, que elencou como objeto do **CIM-AMFRI** a promoção de licitações compartilhadas e a gestão associada de serviços e de políticas públicas para impulsionar o desenvolvimento sustentável nos Municípios que o integram, em especial nas áreas de agricultura e pesca, saneamento e meio ambiente, infraestrutura e mobilidade urbana, segurança pública, educação, inovação tecnológica, esporte, cultura e administração tributária, além de outros que vierem a ser definidos posteriormente pela **ASSEMBLEIA GERAL** do **CIM-AMFRI**;

Considerando que nos termos do art. 24, inc. XXVI, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, está dispensada a licitação para a celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação;

Considerando que nos termos do subitem 5.1.4 da Cláusula 5 do Contrato de Consórcio Público um dos instrumentos de gestão do **CIM-AMFRI**, para a consecução de suas finalidades é a possibilidade de ser contratado pela Administração direta ou indireta dos consorciados, inclusive por entes da federação, dispensada a licitação nos termos do art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93; e



Considerando que os Municípios consorciados aprovaram em **ASSEMBLEIA GERAL** realizada em 06 de dezembro de 2019 os seguintes **PROGRAMAS** para o exercício de 2020: Programa 1 - Manutenção das Atividades do CIM-AMFRI; Programa 2 - Adesão ao SISBI/AMFRI via CIM-AMFRI; Programa 3 - Gestão do Centro de Inovação Regional de Itajaí; Programa 4 - Sistema de Transporte Coletivo Regional – STCR; Programa 5 - Manutenção e Conservação das Rodovias Estaduais no Território do CIM-AMFRI; Programa 6 - Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais da região da AMFRI; Programa 7 - Serviço de Orientação e Ação Jurídica às Secretarias Municipais de Educação; Programa 8 - Gestão Associada de Serviços Públicos na Área da Cultura na Região da Foz do Rio Itajaí; Programa 9 - Estudo Técnico Socioambiental; e Programa 10 - Sistema de Indicadores de Planejamento Estratégico Territorial e Socioambiental; e

Considerando que o **MUNICÍPIO CONSORCIADO** manifestou interesse em participar dos seguintes **PROGRAMAS**: Programa 1; Programa 3; Programa 6 e Programa 7.

As **PARTES**, atendidas todas as exigências para a formalização deste instrumento, têm entre si justas e acordadas as condições expressas no presente **CONTRATO DE PROGRAMA E RATEIO**, doravante denominado **CONTRATO**, que será regido pelas Cláusulas e condições referidas a seguir:

CLÁUSULA 1 – DAS DEFINIÇÕES

1.1. Neste **CONTRATO** e em seus **ANEXOS**, salvo se do contexto resultar claramente sentido diferente, os termos grafados em letras maiúsculas terão o seu significado explicitado no **ANEXO A – GLOSSÁRIO**, sem prejuízo de outros inseridos na legislação em vigor.

1.2. As siglas, termos e expressões listados no singular incluem o plural e vice-versa.

CLÁUSULA 2 – DOS ANEXOS E DA INTERPRETAÇÃO DAS CLÁUSULAS

2.1. Integram este **CONTRATO**, para todos os efeitos legais e contratuais, os **ANEXOS** relacionados nesta Cláusula:

- a) **ANEXO A – GLOSSÁRIO**
- b) **ANEXO B – PLANOS DE TRABALHO**
- c) **ANEXO C – MUNICIPIOS CONSORCIADOS POR PROGRAMA**
- d) **ANEXO D – TABELA DE RATEIO DAS DESPESAS POR MUNICÍPIO CONSORCIADO**

2.2. Na interpretação, integração ou aplicação de qualquer disposição deste **CONTRATO**, deverão ser consideradas as Cláusulas contratuais e, depois, as disposições dos **ANEXOS** que tenham maior relevância na matéria em causa.

2.3. Nas divergências verificadas entre documentos contratuais aplicáveis aos programas objeto deste **CONTRATO** e entre estes e aqueles por quais são regidos os **MUNICÍPIOS CONSORCIADOS**, quando não puderem ser sanadas pelo recurso às regras gerais de interpretação e integração de lacunas, prevalecerá a legislação mencionada no item 3.2 da Clausula 3 deste **CONTRATO**, a qual deverá

prevalecer sobre o estipulado em qualquer outro documento.

CLÁUSULA 3 – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1. Este **CONTRATO** está sujeito à legislação brasileira, em vigor na data dos atos ou fatos que vierem a ocorrer, com expressa renúncia à aplicação de qualquer outra.

3.2. Os **PROGRAMAS** previstos no objeto deste instrumento regem-se pelos termos e condições deste **CONTRATO** e pelas normas gerais de Direito Público, sendo-lhe aplicáveis, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, e, ainda, as seguintes normas:

3.2.1. Constituição Federal de 1988, em especial o artigo 241;

3.2.2. Lei federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005;

3.2.3. Decreto Federal n. 6.017, de 17 de janeiro de 2007;

3.2.4. Lei federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004;

3.2.5. Lei federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;

3.2.6. Lei federal nº 9.074, de 07 de julho de 1995

3.2.7. Lei federal nº 8.666, de 21 de junho 1993;

3.2.8. Lei federal nº 12.766, de 07 de dezembro de 2012;

3.2.9. Lei federal nº 9.307, de 23 de setembro de 1996;

3.2.10. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;

3.2.11. Constituição do Estado de Santa Catarina, em especial o artigo 114 e o § 3º do artigo 137;

3.2.12. Legislação orçamentária de cada um dos **MUNICÍPIOS CONSORCIADOS**;

3.2.13. Obedecendo, ainda, no que couber, às normas técnicas e instruções normativas pertinentes.

3.3. As referências às normas aqui aplicáveis deverão também ser compreendidas como referências à legislação que as substituam ou modifiquem.

CLÁUSULA 4 – DO OBJETO

4.1. Constitui objeto deste **CONTRATO** a gestão associada dos serviços especificados nos **PROGRAMAS 1, 3, 6 e 7**, em conformidade com o **ANEXO B – PLANOS DE TRABALHO**.

4.2. Integra o objeto do presente **CONTRATO**, a delegação do poder de polícia e de qualquer outra função de regulação pertinente aos **PROGRAMAS**, conforme subitens 5.1.13 e 5.1.24, ambos da Cláusula 5 do **CONTRATO DE CONSÓRCIO**.

4.3. A gestão associada dos serviços deverá obedecer ao disposto na legislação pertinente, em normas complementares, nos padrões e nos procedimentos dispostos no presente **CONTRATO**.

CLÁUSULA 5 – DA DESCRIÇÃO DAS ETAPAS E DAS AÇÕES

5.1. Para cumprimento dos objetivos o **CIM-AMFRI** desenvolverá as ações no modo, forma e condições previstas no **ANEXO B - PLANOS DE TRABALHO**.

CLÁUSULA 6 – DO CRITÉRIO E VALORES PARA RATEIO DOS PROGRAMAS

6.1. Os **PROGRAMAS** previstos neste **CONTRATO** serão custeados na forma de rateio anual, de acordo com os respectivos critérios e valores estabelecidos nas tabelas apresentadas do **ANEXO D - TABELA DE RATEIO DAS DESPESAS POR MUNICÍPIO CONSORCIADO**.

CLÁUSULA 7 – DO VALOR E DO REPASSE

7.1. O valor global deste **CONTRATO** consiste na soma dos valores rateio dos Programa 1 - Manutenção das Atividades do CIM-AMFRI; Programa 3 - Gestão do Centro de Inovação Regional de Itajaí e Programa 6 - Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais da região da AMFRI.

7.2. O valor global deste **CONTRATO** é de **R\$ 36.623,19 (Trinta e seis mil seiscentos e vinte e três reais e dezenove centavos)**, a serem repassados sob a forma de transferência eletrônica, em conta corrente – de titularidade do **CIM-AMFRI** (Banco: Banco do Brasil / 001 - Agência: 4295-1 - Conta Corrente: 23557-1), em dez parcelas mensais e consecutivas, de acordo com a tabela que segue:

Parcela	Vencimento	Valor
1	10/03/2020	R\$ 3.662,31 (Três mil seiscentos e sessenta e dois reais e trinta e um centavos)
2	10/04/2020	R\$ 3.662,32 (Três mil seiscentos e sessenta e dois reais e trinta e dois centavos)
3	10/05/2020	R\$ 3.662,32 (Três mil seiscentos e sessenta e dois reais e trinta e dois centavos)
4	10/06/2020	R\$ 3.662,32 (Três mil seiscentos e sessenta e dois reais e trinta e dois centavos)
5	10/07/2020	R\$ 3.662,32 (Três mil seiscentos e sessenta e dois reais e trinta e dois centavos)
6	10/08/2020	R\$ 3.662,32 (Três mil seiscentos e sessenta e dois reais e trinta e dois centavos)
7	10/09/2020	R\$ 3.662,32 (Três mil seiscentos e sessenta e dois reais e trinta e dois centavos)
8	10/10/2020	R\$ 3.662,32 (Três mil seiscentos e sessenta e dois reais e trinta e dois centavos)
9	10/11/2020	R\$ 3.662,32 (Três mil seiscentos e sessenta e dois reais e trinta e dois centavos)
10	10/12/2020	R\$ 3.662,32 (Três mil seiscentos e sessenta e dois reais e trinta e dois centavos)

7.3. O **MUNICÍPIO CONSORCIADO** poderá antecipar o repasse das parcelas ao **CIM-AMFRI**.

7.4. As despesas decorrentes da execução deste **CONTRATO** serão custeadas pelas dotações específicas do orçamento do **MUNICÍPIO CONSORCIADO**, de acordo com o que segue:

Código	Atividade	Valor
3.1.90	2.1 - Despesas de Pessoal e Encargos: referente ao custeio das despesas de pessoal, consistentes em valores para suportar folha de pagamento em todos os seus termos, incluindo encargos sociais e provisão para eventual rescisão de contrato de trabalho.	R\$ 16.597,38
3.3.90	2.2 - Despesas com manutenção das atividades do Consórcio: referente ao custeio das despesas gerais de manutenção das atividades dos programas.	R\$ 16.668,78
4.4.90	2.3 - Despesas com Investimento: para bens patrimoniais do Consórcio, consistentes nos valores destinados à aquisição de móveis e equipamentos para instalação e funcionamento dos programas.	R\$ 3.357,03
VALOR TOTAL		R\$ 36.623,19

7.5. As ações do Programa 7 - Serviço de Orientação e Ação Jurídica às Secretarias Municipais de Educação serão objeto de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA**, sendo que cada **MUNICÍPIO CONSORCIADO** irá celebrar contrato individual e específico com o vencedor da **LICITAÇÃO COMPARTILHADA**.

7.6. Havendo saldo financeiro no final de cada exercício, este deverá ser redistribuído no exercício seguinte em forma de superávit financeiro fortalecendo as ações previstas ou complementando ações em andamento do exercício anterior incluídas no exercício seguinte, conforme Cláusula 19, item 19.2, do **CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO**.

CLÁUSULA 8 – DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

8.1. Os cronogramas de execução previstos para a realização das ações dos **PROGRAMAS** estão especificados no **ANEXO B - PLANOS DE TRABALHO**.

CLÁUSULA 9 – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

9.1. O presente **CONTRATO** terá vigência durante o exercício financeiro de 2020, cujo termo inicial é a data da sua assinatura e o termo final é 31 de dezembro de 2020.

9.2. A eficácia deste **CONTRATO** se iniciará com a sua publicação na imprensa oficial, conforme estabelecido no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

9.3. O prazo de vigência poderá ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e do art. 16 da Lei nº 11.107/2007 e de acordo com o disposto na Cláusula 25 deste **CONTRATO**.

CLÁUSULA 10 – DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA

10.1. A área abrangida pelos **PROGRAMAS** corresponde à soma da área territorial dos municípios que subscreverem os mesmos programas, de acordo com o **ANEXO C - MUNICIPIOS CONSORCIADOS POR PROGRAMA**.

CLÁUSULA 11 – DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO

11.1. Para cumprimento dos objetivos dos **PROGRAMAS** previstos neste **CONTRATO** o **CIM-AMFRI** poderá se valer dos instrumentos de gestão previstos na Cláusula 5 do **CONTRATO DO CONSÓRCIO** e no art. 11 do **ESTATUTO SOCIAL**.

CLÁUSULA 12 – DOS CRITÉRIOS, INDICADORES E PARÂMETROS PARA AFERIÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS

12.1. O desempenho e os resultados dos **PROGRAMAS** que constituem o objeto deste **CONTRATO**, pelo **CIM-AMFRI** serão aferidos mediante a avaliação do cumprimento das metas e implantação das ações descritas no Relatório de Atividades Anual previsto no item 12.2.2 do **CONTRATO DO CONSÓRCIO** e no inciso XXI do art. 49 do **ESTATUTO SOCIAL**, pela **ASSEMBLEIA GERAL** do **CIM-AMFRI**.

CLÁUSULA 13 – DOS BENS

13.1. Integram os **PROGRAMAS** deste **CONTRATO** os bens classificados em **BENS AFETOS**, **BENS REVERSÍVEIS** e **BENS NÃO REVERSÍVEIS**, devidamente registrados no patrimônio do **CIM-AMFRI**.

13.2. Quando previstos no **ANEXO B – PLANOS DE TRABALHO**, os **MUNICÍCIOS CONSORCIADOS** obrigam-se a transferir a posse dos **BENS AFETOS** ao **CIM-AMFRI**, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos.

13.2.1. Caso determinado **BEM AFETO** não seja entregue ao **CIM-AMFRI** até o prazo definido e cuja falta possa prejudicar a prestação do serviço, não haverá responsabilidade da do **CIM-AMFRI** pela prestação do serviço até que ocorra entrega pelo **MUNICÍPIO CONSORCIADO**.

13.3. O **CIM-AMFRI** obriga-se a manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, e às suas expensas, os **BENS** que integram os programas objeto deste instrumento durante a vigência deste **CONTRATO**, sem prejuízo do desgaste resultante se seu uso, nos termos previstos neste **CONTRATO**.

13.4. A alienação ou oneração dos **BENS REVERSÍVEIS** somente será aceita quando não comprometer a continuidade dos serviços prestados.

13.5. Nos termos e para os efeitos do disposto nesta Cláusula 13, os **BENS REVERSÍVEIS** adquiridos ou construídos pelo **CIM-AMFRI** deverão estar devidamente registrados na sua contabilidade, de modo a permitir a fácil identificação pelo **MUNICÍPIO CONSORCIADO** dos **BENS REVERSÍVEIS** e dos **BENS NÃO REVERSÍVEIS**.

13.6. Os **BENS AFETOS** poderão ser oferecidos em garantia do próprio bem e/ou equipamento em financiamento necessário à sua aquisição ou à obtenção e construção de outros bens necessários à prestação do serviço objeto deste **CONTRATO**.

13.7. Extinto os **PROGRAMAS** objeto deste **CONTRATO**, serão revertidos ao **MUNICÍPIO CONSORCIADO** todos os **BENS REVERSÍVEIS**, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos.

13.7.1. Em qualquer caso de extinção dos **PROGRAMAS**, o **CIM-AMFRI** deverá apresentar o inventário atualizado de todos os bens vinculados aos **PROGRAMAS**, observadas as normas contábeis vigentes.

13.7.2. Em até 30 (trinta) dias corridos após a extinção do **CONTRATO**, o **MUNICÍPIO CONSORCIADO** promoverá a vistoria prévia dos **BENS REVERSÍVEIS**, para os efeitos previstos neste **CONTRATO**, e lavrará o "Termo de Reversão dos Bens", com a indicação do seu estado de conservação.

13.7.3. Na hipótese de omissão do **MUNICÍPIO CONSORCIADO** em relação à realização da vistoria e/ou à emissão do "Termo de Reversão dos Bens", ter-se-ão como recebidos os **BENS REVERSÍVEIS** no dia seguinte ao término do prazo referido no item 13.7.2, acima.

13.7.4. Fica o **CIM-AMFRI** expressamente autorizado a propor, em nome próprio, quaisquer medidas judiciais cabíveis para assegurar ou recuperar a posse dos **BENS AFETOS**.

13.7.5. O **CIM-AMFRI** deverá efetuar a manutenção corretiva e preventiva dos **BENS AFETOS**, de modo a conservá-los em condições adequadas de uso, respeitando as normas técnicas relativas à saúde, segurança, higiene, sustentabilidade e acessibilidade, entre outros parâmetros essenciais à sua utilização.

CLÁUSULA 14 – DA LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

14.1. O **CIM-AMFRI** não terá ou assumirá quaisquer responsabilidades, por obrigações de natureza cível, comercial, tributária, ambiental ou de qualquer outra natureza, seja como sucessor, devedor solidário ou subsidiário, relativamente ao conjunto de bens do **MUNICÍPIO CONSORCIADO** que lhe for cedido para uso no âmbito dos **PROGRAMAS** objeto deste **CONTRATO**, decorrentes de atos ou fatos praticados ou ocorridos antes da transferência da posse dos referidos bens, ainda que tais fatos ou atos sejam conhecidos ou descobertos posteriormente.

CLÁUSULA 15 – DOS CONTRATOS COM TERCEIROS

15.1. Sem prejuízo de suas responsabilidades e dos riscos previstos neste **CONTRATO**, o **CIM-AMFRI** poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares aos programas previstos neste instrumento independentemente de autorização prévia do **MUNICÍPIO CONSORCIADO**, nos termos deste **CONTRATO**.

15.1.1. Os contratos celebrados entre o **CIM-AMFRI** e terceiros reger-se-ão pelas normas definidas no **CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO**, no **ESTATUTO SOCIAL** e nas suas Resoluções e Instruções Normativas, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros envolvidos e o **MUNICÍPIO CONSORCIADO**.

15.1.2. Se a participação do **MUNICÍPIO CONSORCIADO** for necessária para a celebração do negócio, será obrigatória a sua expressa anuência no instrumento de contrato com terceiros.

15.1.3. A execução das atividades contratadas pelo **CIM-AMFRI** com terceiros pressupõe o cumprimento das normas legais, regulamentares e contratuais dos programas objeto deste instrumento.

15.2. O **CIM-AMFRI** responderá pelos prejuízos causados pelas entidades por ela contratadas para o desenvolvimento das atividades compreendidas nos programas objeto deste instrumento, sem prejuízo do direito de regresso.

15.3. Constituirá especial dever do **CIM-AMFRI** prover e exigir, de qualquer entidade com quem venha a contratar, que sejam promovidas as medidas necessárias para salvaguardar a integridade física dos cidadãos afetos aos programas objeto deste instrumento, devendo ainda, cumprir e zelar pelo cumprimento das normas de higiene e segurança em vigor.

CLÁUSULA 16 – DAS DESAPROPRIAÇÕES

16.1. O **MUNICÍPIO CONSORCIADO** providenciará a declaração de utilidade pública dos imóveis necessários à execução dos serviços previstos nos programas objeto deste instrumento e o **CIM-AMFRI** ficará responsável pelo procedimento de desapropriação, nos termos do subitem 5.1.3 da Cláusula 5ª do **CONTRATO DE CONSÓRCIO** e do inciso III do art. 11 do **ESTATUTO SOCIAL**.

16.2. Os pagamentos das indenizações oriundas das desapropriações dos bens imóveis ficarão sob responsabilidade do **CIM-AMFRI**.

16.2.1. Incluir-se-ão nesses custos as despesas correspondentes a eventuais indenizações por ocupações temporárias e servidões administrativas.

CLÁUSULA 17 – DAS OBRIGAÇÕES DO CIM-AMFRI

17.1. O **CIM-AMFRI**, sem prejuízo de outras obrigações estabelecidas neste **CONTRATO** ou na legislação aplicável, para o cumprimento das atividades decorrentes dos programas objeto deste instrumento, obriga-se a:

17.1.1. Regulamentar e fiscalizar os serviços prestados por terceiros, zelando pela sua boa qualidade;

17.1.2. Cumprir e fazer cumprir as condições deste **CONTRATO**;

17.1.3. Estimular o aumento da qualidade e o incremento da produtividade dos serviços;

17.1.4. Fornecer todas as informações e dados disponíveis de qualquer natureza relacionados ao **CONTRATO**, solicitados pelo **MUNICÍPIO CONSORCIADO**;

17.1.5. Promover e desenvolver medidas que assegurem a adequada preservação e conservação do meio ambiente;

17.1.6. Assegurar a plena utilização dos **BENS** perante qualquer instância do poder público de quaisquer de suas esferas;

17.1.7. Pagar as indenizações previstas na legislação aplicável e neste **CONTRATO**, quando devidas;

17.1.8. Examinar todas as solicitações e documentos encaminhados pelo **MUNICÍPIO CONSORCIADO**, com vistas à construção, reformulação e/ou adaptação dos serviços, sem prejuízo das autorizações pertinentes previstas na legislação em vigor;

17.1.9. Realizar auditorias periódicas nas contas e registros contábeis do **CIM-AMFRI**;

17.1.10. Manter em seus arquivos, os projetos, bem como a documentação referente à execução das obras e serviços;

17.1.11. Auxiliar e apoiar os terceiros contratados no relacionamento com as autoridades municipais, estaduais e federais, e com as comunidades, buscando facilitar o cumprimento das obrigações previstas neste **CONTRATO**;

17.1.12. Expedir atos regulamentares que disciplinem as condições para a execução do objeto deste **CONTRATO**;

17.1.13. Responder pelo correto comportamento e eficiência de seus empregados e de terceiros contratados, providenciando o uso de uniforme nas funções e condições em que forem exigidos, bem como o porte de crachá indicativo das funções exercidas;

17.1.14. Cumprir determinações legais relativas à legislação trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho, em relação aos seus empregados;

17.1.15. Permitir o acesso da fiscalização nas suas dependências, bem como prever nos contratos que firmar com terceiros, o dever de permitir o acesso da fiscalização;

17.1.16. Manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados aos programas objeto deste instrumento;

17.1.17. Prever, nos contratos celebrados com terceiros, cujo objeto encontra-se integrado às atividades dos programas previstos neste instrumento, que sejam observadas rigorosamente as regras deste **CONTRATO** e seus **ANEXOS** e demais disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis;

17.1.18. Apresentar na **ASSEMBLEIA GERAL** do **CIM-AMFRI** cópia dos instrumentos contratuais relacionados às receitas diretas e acessórias inerentes aos objetos dos programas previstos neste instrumento;

17.1.19. Observar padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, nos termos da legislação aplicável;

17.1.20. Publicar, na forma da lei, as demonstrações financeiras e manter os registros contábeis de todas as operações em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade, as normas técnicas brasileiras de contabilidade aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade;

17.1.21. Zelar pela integridade dos bens que integram os programas previstos neste instrumento, tomando todas as providências necessárias;

17.1.22. Comunicar às autoridades públicas competentes quaisquer atos ou fatos ilegais ou ilícitos de que tenha conhecimento no âmbito das atividades objeto dos programas previstos neste instrumento;

17.1.23. Manter estrutura suficiente e adequada para atendimento aos usuários, observadas as disposições legais pertinentes ao setor;

17.1.24. Solicitar ao **MUNICÍPIO CONSORCIADO**, em tempo hábil, os atos de declaração de utilidade pública dos imóveis imprescindíveis à implantação do objeto dos programas previstos neste instrumento, para fins de desapropriação ou constituição de servidão;

17.1.25. Receber e Contabilizar os recursos repassados de acordo com as normas de direito financeiro aplicável às entidades públicas, conforme estabelece o artigo 9.º da Lei Federal 11.107/05;

17.1.26. Fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas nas contas do **MUNICÍPIO CONSORCIADO** todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude deste **CONTRATO**, de forma que possam ser contabilizadas nas respectivas contas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos, de acordo com o § 4º do art. 8º da Lei Federal 11.107/05;

17.1.27. Aplicar os recursos repassados pelo **MUNICÍPIO CONSORCIADO** exclusivamente nas ações previstas no objeto do presente **CONTRATO** e do orçamento aprovado pela **ASSEMBLEIA GERAL** do **CIM-AMFRI** e suas respectivas suplementações;

17.1.28. Extinguir os **PROGRAMAS** previstos neste instrumento nos casos previstos neste **CONTRATO**.

17.1.29. Respeitar a autonomia e as decisões proferidas pelo **COMITÊ TÉCNICO**, quando constituído, nos termos da Cláusula 26 deste instrumento.

CLÁUSULA 18 – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO CONSORCIADO

18.1. O **MUNICÍPIO CONSORCIADO**, sem prejuízo de outras obrigações estabelecidas neste **CONTRATO** ou na legislação aplicável, para o cumprimento das atividades decorrentes dos programas previstos neste instrumento obriga-se a:

18.1.1. Dar conhecimento ao **CIM-AMFRI** das condições dos financiamentos e dos instrumentos jurídicos que assegurem os recursos previstos neste **CONTRATO**;

18.1.2. Dar conhecimento ao **CIM-AMFRI** das alterações das condições dos financiamentos referidos no item acima, assim como da contratação de qualquer novo financiamento ou dívida que possa ser considerado para efeito de cálculo da indenização devida no caso de extinção dos programas previstos neste instrumento;

18.1.3. Cumprir e fazer cumprir integralmente este **CONTRATO**, em conformidade com as disposições legais e regulamentares e, ainda, as determinações do **CIM-AMFRI**;

18.1.4. Ceder os equipamentos, acessórios, recursos humanos e materiais necessários à prestação dos serviços, conforme disposto na Cláusula 13 deste instrumento;

18.1.5. Responder perante o **CIM-AMFRI** e terceiros, por todos os atos e eventos de sua competência, quanto a obrigações decorrentes dos programas previstos neste instrumento;

18.1.6. Adotar as medidas necessárias para coibir o uso indevido ou a ocupação não autorizada dos bens integrantes dos programas previstos neste instrumento, mantendo o **CIM-AMFRI** informado a respeito de quaisquer fatos que comprometam sua adequada utilização;

18.1.7. Manter atualizado e fornecer ao **CIM-AMFRI**, sempre que solicitado todos os documentos, desenhos e cadastros das instalações e equipamentos referentes à execução dos serviços;

18.1.8. Cumprir e fazer cumprir o presente **CONTRATO**;

18.1.9. Providenciar a declaração de utilidade pública dos imóveis imprescindíveis à implantação do objeto dos programas previstos neste instrumento para fins de desapropriação ou constituição de servidão;

18.1.10. Ceder, para acervo do **CIM-AMFRI** todos os projetos, planos, plantas, softwares, códigos fontes, e outros documentos, de quaisquer naturezas, bem como os direitos deles decorrentes, tudo devidamente atualizado quando necessário, que se revelem necessários ao desempenho das atividades inerentes aos programas previstos no objeto deste instrumento e que tenham sido especificamente adquiridos ou criados no desenvolvimento das atividades integradas aos programas previstos no objeto deste instrumento

18.1.11. Receber a prestação de contas e consolidar nas suas respectivas contas;

18.1.12. Fazer o repasse mensal dos recursos conforme estabelecido na Clausula 7 deste **CONTRATO**;

18.1.13. Manter os recursos orçamentários necessários ao desempenho das ações ora pactuadas.

CLÁUSULA 19 – DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL E INTELECTUAL

19.1. Todos os projetos e documentação técnica, relacionados com as especificações técnicas previstas neste **CONTRATO**, serão entregues ao **CIM-AMFRI**, respeitados os direitos de propriedade industrial.

19.2. A documentação técnica apresentada ao **CIM-AMFRI** é de sua propriedade, sendo vedada sua utilização para outros fins que não os previstos neste **CONTRATO**.

19.2.1. O **MUNICÍPIO CONSORCIADO** cede gratuitamente ao **CIM-AMFRI** todos os projetos, planos, plantas e documentos que se revelem necessários ao desempenho das funções que a este incumbem ou ao exercício dos direitos que lhe assistem nos termos deste **CONTRATO**, e que tenham sido especificamente adquiridos ou criados para o desenvolvimento das atividades integradas aos programas previstos no objeto deste instrumento.

CLÁUSULA 20 – DA FISCALIZAÇÃO

20.1. O **MUNICÍPIO CONSORCIADO**, a **ASSEMBLEIA GERAL** e o **CONSELHO FISCAL** do **CIM-AMFRI** são competentes para a fiscalização dos serviços prestados para cumprimento dos programas previstos no objeto deste instrumento.

20.2. A fiscalização por parte do **CONSELHO FISCAL** será realizada bimestralmente de acordo com o calendário de prestação de contas do **TCE/SC**, a partir dos relatórios de prestação de contas mensais enviados aos municípios consorciados.

20.3. O **CONSELHO FISCAL** e a **ASSEMBLEIA GERAL** do **CIM-AMFRI** em suas reuniões ordinárias apresentarão os resultados da fiscalização.

CLÁUSULA 21 – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

21.1. Anualmente a Diretoria Executiva submeterá ao **CONSELHO FISCAL** e a **ASSEMBLEIA GERAL** do **CIM-AMFRI** a Prestação de Contas e o Relatório Anual de Atividades referente aos programas previstos no objeto deste instrumento.

CLÁUSULA 22 – DAS PENALIDADES

22.1. No caso de inadimplemento total ou parcial das obrigações deste **CONTRATO** pelo **MUNICÍPIO CONSORCIADO**, este estará sujeito, sem prejuízo das sanções de natureza civil e penal, à aplicação das penas previstas na Cláusula 26 do **CONTRATO DE CONSÓRCIO**:

22.1.1. Suspensão por até 120 (cento e vinte) dias, para regularização da situação de inadimplência, sob pena de exclusão;

22.1.2. Exclusão:

22.1.2.1. Na hipótese de o **MUNICÍPIO CONSORCIADO** ter deixado de incluir no Orçamento Municipal do ano em curso a dotação orçamentária definida e aprovada pela **ASSEMBLEIA GERAL** do **CIM-AMFRI**;

22.1.2.2. Na hipótese de o **MUNICÍPIO CONSORCIADO** deixar de efetuar o pagamento das parcelas mensais devidas pelo prazo de 60 (sessenta) dias, após deliberação da **ASSEMBLEIA GERAL** do **CIM-AMFRI**.

22.2. A aplicação das penalidades previstas neste **CONTRATO**, e o seu cumprimento, não prejudica a aplicação das penas cominadas para o mesmo fato pela legislação aplicável.

22.3. As penalidades serão aplicadas por meio de processo administrativo, iniciado a partir de notificação, por escrito, ao **MUNICÍPIO CONSORCIADO**, com os motivos que ensejaram a indicação das sanções cabíveis, abrindo-se prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação da defesa.

22.4. A notificação a que se refere o item 22.3. acima será enviada pelo correio, com aviso de recebimento ou entregue ao **MUNICÍPIO CONSORCIADO** mediante recibo.

CLÁUSULA 23 – DO CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR

23.1. Considera-se caso fortuito o evento da natureza que, por sua imprevisibilidade e inevitabilidade, gera obstáculo intransponível para o **MUNICÍPIO CONSORCIADO** ou para o **CIM-AMFRI** no cumprimento deste **CONTRATO**;

23.2. Considera-se força maior o evento humano que, por sua imprevisibilidade e inevitabilidade, cria óbice intransponível para o **MUNICÍPIO CONSORCIADO** ou para o **CIM-AMFRI** no cumprimento deste **CONTRATO**, consubstanciado em fato ou ato superveniente impeditivo de cumprimento das obrigações assumidas;

23.3. Considera-se fato do príncipe toda determinação estatal, geral, imprevista e imprevisível, positiva ou negativa, que onera substancialmente a execução deste **CONTRATO**;

23.4. Considera-se fato da Administração toda ação ou omissão de órgão da Administração Pública que, incidindo direta e especificamente sobre este **CONTRATO**, retarda, agrava ou impede a sua execução pelo **MUNICÍPIO CONSORCIADO** ou pelo **CIM-AMFRI**, ensejando, ainda, as indenizações correspondentes;

23.5. Consideram-se interferências imprevistas as ocorrências materiais imprevisíveis ou previsíveis com consequências incalculáveis. São assim considerados os eventos que surgem no decorrer da execução do **CONTRATO** de modo surpreendente e excepcional, dificultando ou onerando extraordinariamente o prosseguimento e a conclusão dos trabalhos.

23.5.1. Podem ser consideradas interferências imprevistas a descoberta de obstáculos, naturais ou artificiais, cuja existência seja anterior à data de assinatura do **CONTRATO**, mas de conhecimento superveniente, quando do andamento das obras ou serviços.

23.6. A ocorrência de um caso fortuito ou força maior terá por efeito exonerar o **MUNICÍPIO CONSORCIADO** ou o **CIM-AMFRI** de qualquer responsabilidade pelo não-cumprimento das obrigações decorrentes deste **CONTRATO**, estritamente nos casos de descumprimento, pontual e tempestivo, das obrigações em virtude de ocorrência de caso fortuito e/ou força maior.

23.7. Quando tiver o cumprimento de suas obrigações afetado por caso fortuito ou força maior, a **PARTE** deverá comunicar o ocorrido à outra **PARTE**, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias contados da ocorrência do evento.

23.8. Na ocorrência de caso fortuito ou força maior, caberá ao **CIM-AMFRI** promover a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deste **CONTRATO** quando o evento em questão não estiver contemplado no seguro ou na hipótese de o prêmio ser incompatível com o fluxo de caixa das ações previstas nos programas objeto deste instrumento.

CLÁUSULA 24 – DA INVALIDADE PARCIAL E INDEPENDÊNCIA ENTRE AS CLÁUSULAS

24.1. Cada disposição, cláusula, inciso, alínea deste **CONTRATO** constitui um compromisso independente e distinto.

24.2. Sempre que possível, cada disposição deste **CONTRATO** deverá ser interpretada de modo a se tornar válida e eficaz à luz da lei aplicável.

24.3. Caso alguma das disposições deste **CONTRATO** seja considerada ilícita, inválida, nula ou inexecutável por decisão de órgão competente, deverá ser julgada separadamente do restante deste **CONTRATO**, e substituída por disposição lícita e similar, que reflita as intenções originais das **PARTES**, observando-se os limites da lei. Todas as demais disposições continuarão em pleno vigor e efeito, não sendo prejudicadas ou invalidadas, desde que não percam o sentido inicialmente previsto neste **CONTRATO**.

24.4. As **PARTES** negociarão, de boa-fé, a substituição das disposições inválidas, ilegais, ou inexecutáveis por disposições válidas, legais e executáveis, cujo efeito econômico seja o mais próximo possível ao efeito econômico das disposições substituídas.

24.5. Este **CONTRATO** se presume válido e legítimo, não podendo ser objeto de manifestação administrativa de invalidação com efeitos auto executórios.

CLÁUSULA 25 – DA ALTERAÇÃO

25.1. O presente **CONTRATO** poderá ser alterado para o cumprimento dos objetivos dos **PROGRAMAS**, por meio de **TERMO ADITIVO** ou **TERMO DE APOSTILAMENTO**, conforme o caso.

25.2. Os planos de trabalho que compõem o **ANEXO B – PLANOS DE TRABALHO** deste **CONTRATO** poderão sofrer ajustes e alterações para a execução dos **PROGRAMAS**, inclusive com a criação de novas ações ou com a subtração de propostas, com a adequação dos percentuais de rateio, ou outras modificações que sejam necessárias e pertinentes para a consecução dos objetivos dos **PROGRAMAS**.

25.2.1. As alterações nos planos de trabalho que compõem o **ANEXO B – PLANOS DE TRABALHO** deste **CONTRATO** previstas neste item **25.2**, desde que não ocorra a desnaturação dos respectivos objetos e que as alterações tenham por finalidade a concretização dos objetivos precípuos dos **PROGRAMAS** previstos no respectivo **PLANO DE TRABALHO**, competem à **DIRETORIA EXECUTIVA** e serão formalizadas por meio de **TERMO DE APOSTILAMENTO**.

25.2.2. Todas as alterações previstas neste item 25.2 e seus subitens serão submetidas à aprovação da **ASSEMBLEIA GERAL** e do **CONSELHO FISCAL** no Relatório Anual de Atividades, por ocasião da Prestação de Contas, conforme Cláusula 21 deste **CONTRATO**.

CLÁUSULA 26 – DA SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS TÉCNICAS

26.1. Para dirimir eventuais divergências de natureza técnica, poderá ser constituída, *ad hoc* e por solicitação de qualquer das **PARTES**, um **COMITÊ TÉCNICO**, composto por 03 (três) membros efetivos.

26.1.1. O **COMITÊ TÉCNICO** será competente para emitir pareceres fundamentados sobre as questões que lhe forem submetidas pelas **PARTES**, relativamente à divergências que venham a surgir quanto aos aspectos técnicos ou econômicos correspondentes a prestação dos serviços objeto dos programas que constituem o objeto deste instrumento.

26.2. A **PARTE** que tiver a iniciativa de solicitar a instalação do **COMITÊ TÉCNICO** deverá notificar a outra **PARTE**, indicando o nome de um membro efetivo.

26.3. Em prazo não superior à 15 (quinze) dias, a outra **PARTE**, ante a inexistência de acordo acerca da controvérsia, deverá indicar o segundo membro efetivo.

26.4. O terceiro membro efetivo será escolhido de comum acordo pelos membros efetivos indicados pelas **PARTES**, dentre os especialistas na matéria controvertida, em prazo não superior a 07 (sete) dias.

26.4.1. Em caso de controvérsia na escolha do terceiro membro do **COMITÊ TÉCNICO**, caberá à **ASSEMBLEIA GERAL** do **CIM-AMFRI** arbitrar, decidindo a respeito.

26.5. Os membros do **COMITÊ TÉCNICO**, indicados pelas **PARTES**, deverão ser sempre profissionais independentes, de conceito reconhecido.

26.6. O procedimento para solução de divergências iniciar-se-á mediante a instalação do **COMITÊ TÉCNICO**, devendo a **PARTE** que teve a iniciativa fornecer, de imediato, cópia dos documentos ligados ao objeto da divergência suscitada.

26.7. No prazo máximo de até 15 (quinze) dias, a contar do recebimento dos documentos referidos no item anterior, a **PARTE** reclamada apresentará as suas alegações relativamente à questão formulada, encaminhando ao **COMITÊ TÉCNICO** cópia de todos os documentos apresentados por ambas as **PARTES**.

26.8. O parecer do **COMITÊ TÉCNICO** será emitido em um prazo máximo de até 30 (trinta) dias a contar da data de recebimento, pelo **COMITÊ TÉCNICO**, das alegações apresentadas pela parte reclamada, se outro prazo não for estabelecido pelas **PARTES**, de comum acordo e aceito pelo **COMITÊ TÉCNICO**.

26.9. Os pareceres do **COMITÊ TÉCNICO** serão considerados aprovados se contarem com o voto favorável de, pelo menos, 02 (dois) de seus membros.

26.10. As despesas com o funcionamento do **COMITÊ TÉCNICO** serão pagas pela **PARTE** sucumbente.

26.11. A submissão de qualquer questão ao **COMITÊ TÉCNICO** não exonera as **PARTES** de dar integral cumprimento às suas obrigações contratuais, incluindo as emitidas após a apresentação da questão, nem permite qualquer interrupção no desenvolvimento das atividades relacionadas com os programas que constituem o objeto deste instrumento.

26.12. Se qualquer das **PARTES** não aceitar o parecer aprovado pelo **COMITÊ TÉCNICO**, poderá submeter a questão ao Juízo Arbitral, nos termos da Cláusula 27 deste **CONTRATO**.

CLÁUSULA 27 - DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS POR MEDIAÇÃO OU ARBITRAGEM

27.1. Qualquer disputa ou controvérsia relativa à interpretação ou execução deste **CONTRATO**, ou de qualquer forma oriunda ou associada a ele, e que não seja dirimida amigavelmente entre as **PARTES**, ou pelo **COMITÊ TÉCNICO**, na forma da Cláusula 26 deste **CONTRATO**, ou cuja resolução por Peritagem não seja acatada voluntariamente por uma das **PARTES**, deverá ser resolvida de forma definitiva por meio de **MEDIAÇÃO** ou **ARBITRAGEM**, segundo o disposto na Lei nº 13.140/2015 e no art. 1º, § 1º, da Lei Federal nº 9.307/96.

27.2. A **MEDIAÇÃO** ou **ARBITRAGEM** será conduzida e administrada por Câmara de Mediação e Arbitragem escolhida de comum acordo pelas **PARTES**.

27.3. A **MEDIAÇÃO** ou **ARBITRAGEM** terá início mediante comunicação remetida por uma **PARTE** à outra, requerendo a instalação do Tribunal Arbitral, indicando detalhadamente a matéria em torno da qual gira a controvérsia, utilizando como parâmetro as regras arbitrais estabelecidas no Regulamento de Mediação e Arbitragem da Câmara escolhida.

27.4. A **MEDIAÇÃO** ou **ARBITRAGEM** seguirá os seguintes preceitos:

27.4.1. A escolha dos árbitros seguirá o rito estabelecido no regulamento da Câmara escolhida;

27.4.2. O Tribunal Arbitral será constituído por 03 (três) árbitros, cabendo a cada uma das **PARTES** a escolha de um árbitro titular, de acordo com os prazos previstos no Regulamento da Câmara escolhida. Os árbitros indicados pelas **PARTES** deverão escolher em conjunto o nome do terceiro árbitro, a quem caberá a Presidência do Tribunal Arbitral;

27.4.2.1. Se qualquer das **PARTES** deixar de indicar o árbitro, caberá ao Presidente da Câmara fazer essa nomeação. Da mesma forma, caso os árbitros indicados não cheguem a um consenso quanto à indicação do terceiro árbitro, caberá ao Presidente da Câmara fazê-lo.

27.2.1.2. As **PARTES**, de comum acordo, poderão afastar a aplicação de dispositivo do Regulamento da Câmara escolhida se este limitar a escolha do árbitro único, co-árbitro ou presidente do tribunal à respectiva lista de árbitros, autorizado o controle da escolha pelos órgãos competentes da instituição, sendo que, nos casos de impasse e arbitragem multiparte, deverá ser observado o que dispuser o Regulamento aplicável.

27.4.3. A cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, Brasil, será a sede da Arbitragem e o local da prolação do laudo arbitral;

23.4.4. O idioma a ser utilizado no processo de **MEDIAÇÃO** ou **ARBITRAGEM** será a língua portuguesa.

27.4.5. Quanto ao mérito, a **MEDIAÇÃO** ou **ARBITRAGEM** será de direito e decidirão os árbitros com base na lei brasileira, obedecendo, quanto ao procedimento, as disposições da presente Cláusula, no Regulamento e o disposto na Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015 e na Lei Federal nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, constituindo título executivo vinculativo entre as **PARTES**;

27.4.6. A **MEDIAÇÃO** ou **ARBITRAGEM** observará o princípio da publicidade;

27.4.7. O termo final de mediação ou a sentença arbitral será definitiva para o impasse e seu conteúdo obrigará às **PARTES** e seus sucessores;

27.4.8. O termo final de mediação ou a sentença arbitral decidirá sobre a responsabilidade das **PARTES** acerca dos encargos, custas e despesas do processo arbitral, inclusive honorários dos

árbitros e de perito(s) indicado(s) pelo Tribunal Arbitral e os honorários advocatícios de sucumbência, com respectiva distribuição proporcional, se assim for entendido pelo Tribunal Arbitral.

27.5. As **PARTES** suportarão em iguais proporções os honorários e custos do Tribunal Arbitral e cada uma delas suportará exclusivamente seus próprios custos de advogados peritos e outros necessários à defesa de seus interesses perante o Tribunal Arbitral.

27.6. A submissão de qualquer questão à arbitragem não exonera as **PARTES** do pontual e tempestivo cumprimento das disposições do **CONTRATO**, nem permite qualquer interrupção do desenvolvimento das ações previstas nos programas que constituem o objeto deste instrumento, que deverão continuar a processar-se nos termos em vigor à data de submissão da questão até que uma decisão final seja obtida relativamente à matéria em causa.

27.7. Não obstante as disposições acima, cada **PARTE** permanece com o direito de requerer medidas judiciais:

27.7.1. Para obtenção de medidas cautelares de proteção de direitos previamente à instalação do Tribunal Arbitral, cuja propositura não será interpretada como uma renúncia do procedimento arbitral pelas **PARTES**, nem afetar a existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem; e

27.7.2. Para executar qualquer decisão arbitral, inclusive o laudo final.

27.7.2.1. Após a instalação do Juízo Arbitral, os requerimentos de medida cautelar ou antecipação de tutela deverão ser dirigidos ao Juízo Arbitral.

27.8. Em sendo necessária a obtenção de medida liminar antes da instituição do processo arbitral, as **PARTES** elegem o Foro Central da Comarca de Itajaí, no Estado de Santa Catarina.

27.8.1. As **PARTES** reconhecem que eventual medida liminar obtida perante o Poder Judiciário deverá ser necessariamente revista pelo Tribunal Arbitral (ou árbitro), que então decidirá pela sua manutenção, revisão ou cassação.

27.9. As **PARTES** reconhecem que qualquer ordem, decisão ou determinação arbitral será definitiva e vinculativa, constituindo o laudo final título executivo judicial.

27.10. Caso o litígio entre as **PARTES** envolva pedido de rescisão deste **CONTRATO**, o Juízo Arbitral, ou o Poder Judiciário, se o Juízo Arbitral não estiver ainda instalado, deverá assegurar, liminarmente, até o trânsito em julgado da decisão final da lide, a continuidade da percepção, pelo **CIM-AMFRI**, de todas as receitas previstas neste **CONTRATO** para continuidade das ações previstas nos programas que constituem o objeto deste instrumento, de modo a garantir a efetividade da sua decisão final.

CLÁUSULA 28 – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

28.1. Considerar-se-á extinto o **CONTRATO**, observadas as normas legais específicas, quando ocorrer:

28.1.1. Término do prazo de vigência deste **CONTRATO**;

28.1.2. Rescisão amigável, na forma do art. 79, inc. II, da Lei nº 8.666/93;

28.1.3. Rescisão automática;

28.1.4. Outras formas de extinção do **CONTRATO** admitidas pela Lei.

28.2. A rescisão automática prevista no subitem **28.1.3** ocorrerá no caso de o **MUNICÍPIO CONSORCIADO** deixar de integrar o **CONSÓRCIO**, nos casos previstos em Lei, inclusive nos casos de retirada ou exclusão, sendo obrigação do **MUNICÍPIO CONSORCIADO** o repasse ao **CONSÓRCIO** das parcelas financeiras devidas até a data do seu desligamento ou exclusão do quadro de entes consorciados..

28.2.1. Poderá ser excluído do **CONSÓRCIO**, após prévia suspensão, o **MUNICÍPIO CONSORCIADO** que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio, na forma do art. 8º, § 5º, da Lei nº 11.107/2005.

24.2.2. A retirada ou a extinção do **CONSÓRCIO** não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os **CONTRATOS**, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.

CLÁUSULA 29 – DO COMPLIANCE

29.1. As **PARTES** se comprometem que, no que diz respeito a este **CONTRATO**, que nem elas nem qualquer membro dos seus grupos, nem qualquer agente, consultor ou outro intermediário que atua em seu nome ou dos seus grupos, irmão, direta ou indiretamente dar, prometer, oferecer, aprovar ou autorizar a oferta de algo de valor a:

- a) Qualquer empregado, oficial, diretor ou qualquer pessoa que represente empresas públicas ou privadas ou companhia afiliada, que estejam e venham a se relacionar em razão do objeto contratual;
- b) Qualquer outra pessoa, incluindo qualquer Funcionário Público;
- c) Partidos políticos ou sindicatos controlados pelo Governo ou por qualquer partido político; ou
- d) Organizações de caridade ou administradores, diretores ou empregados das mesmas, ou qualquer pessoa que atue direta ou indiretamente em nome das mesmas, com a finalidade de (a) garantir qualquer vantagem indevida para qualquer funcionário das partes contratantes e/ou de qualquer empresa com quem se relacionem em razão do objeto contratual ou empresa afiliada da mesma;
- e) induzir ou influenciar indevidamente Funcionários Públicos para que tomem medidas ou abstenham-se de tomá-las para benefício de qualquer das partes, ou para assegurar a direção dos negócios a qualquer das Partes.

29.2. As **PARTES** garantem ainda que:

- a) Segundo seu melhor conhecimento, nem elas nem qualquer de seus afiliados, diretores, acionistas, empregados, agentes, outros intermediários ou qualquer pessoa que atue direta ou indiretamente da sua parte, executarão qualquer das ações descritas nos itens acima;
- b) As pessoas descritas acima, cumprirão com as disposições desta cláusula.
- c) Asseguram e garantem que elas e os seus afiliados, oficiais, diretores, acionistas, empregados, agentes ou outros intermediários, ou qualquer outra pessoa que atue direta ou indiretamente de sua parte, cumprirão totalmente com as Diretrizes de Anticorrupção em vigor no Brasil (Lei Federal 12.846/2013).
- d) Certificam e garantem que manterão registros adequados de forma a possibilitar verificação do cumprimento dos dispositivos da presente Cláusula, e, sem prejuízo das demais disposições do presente Contrato relativas a auditorias.

CLÁUSULA 30 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

30.1. Os prazos estabelecidos em dias, neste **CONTRATO**, contar-se-ão em dias corridos, salvo se, expressamente, se referir a dias úteis.

30.1.1. Em todas as hipóteses, deve-se excluir o primeiro dia e incluir o último.

30.1.2. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente do **CIM-AMFRI**.

30.2. Se qualquer das **PARTES** permitir, mesmo por omissão, o descumprimento, no todo ou em parte, de quaisquer das Cláusulas ou condições deste **CONTRATO** e de seus **ANEXOS**, tal fato não poderá liberar, desonerar ou, de qualquer modo afetar ou prejudicar a validade e eficácia das mesmas Cláusulas e condições, as quais permanecerão inalteradas, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

30.3. O **ANEXO B – PLANOS DE TRABALHO** se encontra devidamente adequado até a data da assinatura do **CONTRATO**, para atender os **MUNICÍPIOS CONSORCIADOS** que subscreveram os respectivos **PROGRAMAS**.

30.3.1. Havendo a desistência, saída ou qualquer outro motivo que determine a retirada de algum **MUNICÍPIO CONSORCIADO**, após a assinatura do presente **CONTRATO**, aplica-se o disposto no subitem 25.2 da Cláusula 2

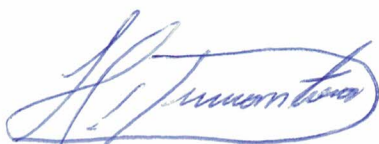
5.

CLÁUSULA 31 – DO FORO

31.1. Fica desde já eleito o Foro Central da Comarca de Itajaí, Estado de Santa Catarina, para as medidas judiciais relativas ao presente **CONTRATO**.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente **CONTRATO** em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Itajaí, 06 de março de 2020.




JOÃO LUIZ DEMANTOVA
Diretor Executivo do CIM-AMFRI




ÉRICO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Ilhota

Testemunhas



Érica Miranda dos Santos Requi
RG: 7.832.656-5/SSP-PR



Rodrigo Giacomo Guesser
RG: 3.094.164-4/SSP-SC

ANEXO A – GLOSSÁRIO

ANEXOS:	- documentos que integram o Contrato para todos os fins.
APOSTILAMENTO:	- instrumento de formalização de alterações contratuais decorrente de cláusula já prevista no Contrato.
ARBITRAGEM:	- mecanismo privado de resolução de conflitos, na forma da Lei nº 9.307/1996..
ASSEMBLEIA GERAL:	- Órgão máximo do CIM-AMFRI, composto exclusivamente pelos Chefes do Poder Executivo dos entes consorciados.
BENS:	- todos os bens vinculados ao contrato.
BEM AFETO:	- bem vinculado à prestação dos serviços que formam o objeto do programa.
BEM NÃO REVERSÍVEL:	- bem entregue pelo Município Consorciado ao CIM-AMFRI, por ocasião do fim do contrato, em virtude de sua destinação ao serviço público, de modo a permitir sua continuidade.
BEM REVERSÍVEL:	- bem devolvido pelo CIM-AMFRI ao Município Consorciado, por ocasião do fim do contrato.
CIM-AMFRI:	- Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região da Foz do Rio Itajaí
COMITÊ TÉCNICO:	- método extrajudicial de solução de conflitos, constituído sob a forma de Comitê, durante a execução do Contrato, para prevenir ou solucionar disputas técnicas.
CONTRATO:	- Contrato de Programa e Rateio
CONTRATO DE PROGRAMA E RATEIO:	- instrumento que constitui e regula as obrigações entre o Município Consorciado e o Consórcio, no âmbito da gestão associada de serviços e regula o repasse de recursos financeiros para a realização das despesas do Consórcio para a realização dos Programas.
CONTRATO DE CONSÓRCIO:	- Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios Consorciados.
CONSELHO FISCAL:	- Órgão fiscalizador do Consórcio, responsável por fiscalizar os atos dos Consórcio e verificar os cumprimentos dos seus deveres legais e estatutários, especialmente a adequação da atividade patrimonial e financeira do CIM-AMFRI.
DIRETORIA EXECUTIVA:	- Unidade administrativa do Consórcio com competência para executar as atividades do Consórcio, nos termos do Contrato de Consórcio

Público e do Estatuto Social.

ESTATUTO SOCIAL:

- documento que formaliza o conjunto de regras que regem funções, atos e objetivos do CIM-AMFRI.

MEDIAÇÃO:

- meio de solução de controvérsias entre particulares e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública, na forma da Lei nº 13.140/2015.

MUNICÍPIO CONSORCIADO:

- Município signatário do Contrato de Programa e Rateio.

MUNICÍPIOS CONSORCIADOS:

- Municípios que integram o CIM-AMFRI;

PARTES:

- Consórcio e Município Consorciado

PLANO DE TRABALHO:

- documentos que descreve as etapas e ações dos programas, apresentando o escopo, o cronograma, o orçamento estimativo necessário e o critério de rateio para o desenvolvimento do programa.

PROTOCOLO DE INTENÇÕES:

- documento que se converteu no Contrato de Consórcio Público do CIM-AMFRI após a ratificação nas Câmaras Legislativas dos Municípios Consorciados.

PROGRAMA:

- o instrumento de organização da ação consorciada visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano de trabalho.

TERMO ADITIVO:

- instrumento de formalização de alterações contratuais não previstas inicialmente no Contrato.

TCE/SC:

- Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina

ANEXO B – PLANOS DE TRABALHO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ (CIM-AMFRI)

PLANO DE TRABALHO

Programa: 01 – Manutenção das Atividades do CIM-AMFRI
Câmara Temática: Todas
Exercício Financeiro: 2020

FEVEREIRO / 2020

1 – OBJETO:

O objeto do programa é o desenvolvimento das Atividades Administrativas, Técnicas e Operacionais necessárias para o efetivo funcionamento e manutenção do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região da AMFRI – CIM-AMFRI, para viabilizar o cumprimento dos objetivos descritos no Contrato de Consórcio Público e seu Estatuto Social, inclusivo no apoio à realização de ações dos outros programas desenvolvidos pelo consórcio.

2 – JUSTIFICATIVA:

O CIM-AMFRI foi constituído em 05 de fevereiro de 2019 tendo em sua estrutura 11 câmaras temáticas para desenvolvimento das atividades consorciadas em diferentes áreas de atuação.

A estrutura geral do CIM-AMFRI, inclui a estrutura funcional das câmaras temáticas cujas despesas estão especificadas no objeto deste programa, deverão ser custeadas por todos os Municípios consorciados a fim de que se garanta o funcionamento do CIM-AMFRI em cada exercício financeiro.

3 – FUNDAMENTO LEGAL:

O programa tem sua base legal no Contrato do CIM-AMFRI, em seu Estatuto Social, bem como nas Leis Municipais que ratificam e autorizam o ingresso dos municípios ao Consórcio tudo em conformidade com a Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07.

4 – INSTRUMENTOS DE GESTÃO:

Para cumprimento dos objetivos do programa o CIM-AMFRI poderá se valer dos instrumentos de gestão previstos na Cláusula 5 do Contrato do Consórcio e no Art. 11 do Estatuto Social do CIM-AMFRI.

5 – DESCRIÇÃO DAS ETAPAS E AÇÕES:

Para cumprimento de seus objetivos o programa de Manutenção das Atividades do CIM-AMFRI prevê sua execução em 3 (três) etapas e 8 (oito) ações assim distribuídas:

ETAPAS		AÇÕES	
1	Seleção, Contratação e Custeio da Equipe Funcional	1.1	Manutenção da Folha de Pagamento da Equipe Funcional
2	Ativação e Manutenção das Atividades	2.1	Contratação de Prestadores de Serviços para Desenvolvimento das Ações
		2.2	Realização de Viagens e Deslocamentos
		2.3	Participação em Treinamentos e Capacitações da Equipe Funcional
		2.4	Custeio das Despesas com Manutenção, Material de Expediente e de Consumo

		2.5	Custeio das Despesas com Locação de Imóveis
3	Investimentos Patrimoniais	3.1	Aquisição de Mobiliário e Utensílios
		3.2	Aquisição de Equipamentos e Veículos

a) ETAPA 1: Seleção, Contratação e Custeio da Equipe Funcional:

A primeira etapa do desenvolvimento do programa prevê as ações necessárias para o provimento do Quadro Funcional do CIM-AMFRI, nos níveis executivo, técnico e operacional, assim distribuídas:

Ação 1.1 - Manutenção da Folha de Pagamento da Equipe Funcional:

No escopo desta ação estão incluídas todas as atividades necessárias para a remuneração do quadro funcional do CIM-AMFRI. Constituem atividades desta ação, dentre outras:

- Atividade 1.1.1: Elaboração da folha de pagamento; e
- Atividade 1.1.2: Pagamento de salários, vantagens e encargos.

b) ETAPA 2: Ativação e Manutenção das Atividades

Nesta etapa estão alocadas as ações ordinárias necessárias para o cumprimento das finalidades do CIM-AMFRI. Constituem ações desta etapa:

Ação 2.1- Contratação de Prestadores de Serviços para Desenvolvimento das Ações:

Esta ação tem como objetivo a contratação de consultorias técnicas específicas para a elaboração de planos, projetos, estudos, pareceres, etc... para o cumprimento das finalidades do consórcio, podendo ser constituída de diferentes atividades.

Ação 2.2 - Realização de Viagens e Deslocamentos:

Esta ação tem como finalidade a realização de viagens e deslocamentos do quadro funcional para participação em reuniões, palestras, seminários, encontros, audiências, feiras e eventos, dentre outros, relacionados com as finalidades do CIM-AMFRI, podendo ser constituída por diferentes atividades, tais como:

- Atividade 2.2.1: Aquisição de passagens;
- Atividade 2.2.2: Inscrições em seminários, palestras e eventos; e
- Atividade 2.2.3: Aquisição de espaços em feiras e montagem de stands em feiras e eventos.

As atividades desta ação, sempre que necessário, deverão observar as disposições de resolução específica para a finalidade de concessão de diárias e deslocamentos.

Ação 2.3 - Participação em Treinamentos e Capacitações da Equipe Funcional:

Esta ação tem como finalidade prover a participação do quadro funcional do CIM-AMFRI em cursos e capacitações de acordo com as necessidades do CIM-AMFRI, podendo ser constituída por diferentes atividades, tais como:

- Atividade 2.3.1: Aquisição de Passagens Aéreas; e
- Atividade 2.3.2: Inscrições em Cursos e Eventos.

As atividades desta ação, sempre que necessário, deverão observar as disposições de resolução específica para a finalidade de concessão de diárias e deslocamentos.

Ação 2.4 - Custeio das Despesas com Manutenção, Material de Expediente e de Consumo:

Esta ação tem como finalidade o custeio das atividades ordinárias do CIM-AMFRI, podendo ser constituída por diferentes atividades, tais como:

- Atividade 2.4.1: Aquisição de material de escritório e suprimentos de informática;
- Atividade 2.4.2: Aquisição de material de limpeza e de gêneros alimentícios;
- Atividade 2.4.3: Aquisição de combustível;
- Atividade 2.4.4: Locação de veículos;
- Atividade 2.4.5: Manutenção, adequações do espaço físico e reparos na sede;
- Atividade 2.4.6: Aquisição de licenças de uso de softwares de informática; e
- Atividade 2.4.7: Publicações de atos legais.

Ação 2.5 - Custeio das Despesas com Locação de Imóveis:

Esta ação tem como finalidade o eventual custeio de despesas com locação de imóveis necessários à execução dos programas do consórcio:

c) ETAPA 3: Investimentos Patrimoniais

Ação 3.1- Aquisição de Mobiliário e Utensílios:

Esta ação tem como objetivo a aquisição dos móveis e utensílios necessários à adequação do espaço funcional do CIM-AMFRI e envolve as seguintes atividades, dentre outras:

- Atividade 3.1.1: Realização de estudos e projetos de design de interiores;
- Atividade 3.1.2: Aquisição de móveis, ferramentas e utensílios diversos;

Ação 3.2 - Aquisição de Equipamentos e Veículos:

Esta ação tem como finalidade a aquisição de equipamentos e veículos para o

desenvolvimento das ações do CIM-AMFRI, podendo ser constituída por diferentes atividades, tais como:

- Atividade 3.2.1: Aquisição de veículos; e
- Atividade 3.2.2: Aquisição de equipamentos de informática, eletroeletrônicos, eletrodomésticos e de comunicação.

6 – ORÇAMENTO CONTRATADO:

O orçamento estimativo para cumprimento dos objetivos do programa prevê a necessidade de aplicação dos recursos financeiros assim distribuídos:

METAS / AÇÕES	DESCRIÇÃO	INDICAD. FÍSICOS		VALOR (R\$)	
		UNID.	QUANT.	UNITÁRIO	TOTAL
1	Seleção, Contratação e Custeio da Equipe Funcional				
1.1	Manutenção da Folha de Pagamento da Equipe Funcional	mês	10	52.430,65	524.303,65
1,2	Despesas com Benefícios e Vantagens salariais	mês	10	4.886,71	48.867,14
2	Ativação e Manutenção das Atividades				
2.1	Contratação de Prestadores de Serviços para Desenvolvimento das Ações	mês	10	4.574,20	45.742,02
2.2	Realização de Viagens e Deslocamentos	mês	10	4.000,00	40.000,00
2.3	Participação em Treinamentos e Capacitações da Equipe Funcional	mês	10	1.500,00	15.000,00
2,4	Custeio das Despesas com Manutenção, Material de Expediente e de Consumo	mês	10	1.500,00	15.000,00
2.5	Custeio das Despesas com Locação de Imóveis	mês	10	2.000,00	20.000,00
3	Investimentos Patrimoniais				
3.1	Aquisição de Mobiliário e Utensílios	mês	10	3.787,10	37.871,01
3.2	Aquisição de Equipamentos e Veículos	mês	10	3.000,00	30.000,00
VALORES TOTAIS				77.678,38	776.783,83

Os valores estão estimados com base nas ações previstas e deverão ser aplicados em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Consideram-se despesas do CIM-AMFRI, entre outras:

- a) custos despendidos na instalação, aquisição de equipamentos e manutenção de sua sede;
- b) custos despendidos na execução do objeto e das finalidades do CIM-AMFRI previstos no contrato de consórcio público e Estatuto Social respectivo;

- c) custos despendidos na seleção, contratação e remuneração de empregados, incluídas as obrigações trabalhistas (FGTS) e fiscais (INSS) patronais;
- d) custos despendidos com serviços de terceiros necessários ao bom funcionamento das atividades e projetos executados pelo CIM-AMFRI.
- e) custos despendidos com serviços de terceiros necessários à modernização tecnológica dos procedimentos adotados, assessoramento técnico de profissional especializado, e ainda execução das melhores práticas de gestão aplicáveis ao CIM-AMFRI; e
- f) custos despendidos na participação de eventos, cursos, treinamentos, intercâmbios, viagens e outros que proporcionem a troca de experiências e aprendizado necessários a promover a constante melhoria e aprimoramento do modelo consorcial adotado.

7 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

O cronograma de execução para a realização das ações previstas no Programa de Manutenção das Atividades do CIM-AMFRI é o seguinte:

METAS / AÇÕES	DESCRIÇÃO	INDICAD. FÍSICOS		DURAÇÃO	
		UNID.	QUANT.	INÍCIO	TÉRMINO
1	Seleção, Contratação e Custeio da Equipe Funcional			06/03/2020	31/12/2020
1,1	Manutenção da Folha de Pagamento da Equipe Funcional	mês	10	06/03/2020	31/12/2020
1,2	Despesas com Benefícios e Vantagens salariais	mês	10	06/03/2020	31/12/2020
2	Ativação e Manutenção das Atividades			06/03/2020	31/12/2020
2.1	Contratação de Prestadores de Serviços para Desenvolvimento das Ações	mês	10	06/03/2020	31/12/2020
2.2	Realização de Viagens e Deslocamentos	mês	10	06/03/2020	31/12/2020
2.3	Participação em Treinamentos e Capacitações da Equipe Funcional	mês	10	06/03/2020	31/12/2020
2.4	Custeio das Despesas com Manutenção, Material de Expediente e de Consumo	mês	10	06/03/2020	31/12/2020
2.5	Custeio das Despesas com Locação de Imóveis	mês	10	06/03/2020	31/12/2020
3	Investimentos Patrimoniais			06/03/2020	31/12/2020
3.1	Aquisição de Mobiliário e Utensílios	mês	10	06/03/2020	31/12/2020
3.2	Aquisição de Equipamentos e Veículos	mês	10	06/03/2020	31/12/2020
DURAÇÃO TOTAL				06/03/2020	31/12/2020

8 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

O Cronograma de Desembolso previsto para o programa é o que segue:

EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)				
MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO
77.678,38	77.678,38	77.678,38	77.678,38	77.678,38
AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
77.678,38	77.678,38	77.678,38	77.678,38	77.678,38

9 – MUNICÍPIOS PARTICIPANTES:

O Programa de Manutenção das Atividades do CIM-AMFRI é compulsório para participação de todos os Municípios associados, mas teve adesão dos Municípios de Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Navegantes e Penha.

10 – CRITÉRIO DE RATEIO:

Para cumprimento de seus objetivos os recursos financeiros necessários a implantação do Programa de Manutenção das Atividades do CIM-AMFRI terá suas despesas rateadas entre os Municípios participantes proporcionalmente a estimativa populacional publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para o ano de 2019, ajustadas considerando-se as contribuições devidas de anos anteriores, de acordo com o que segue:

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	RATEIO PROPORCIONAL
Balneário Camboriú	142.295	19,22%
Balneário Piçarras	23.147	3,13%
Bombinhas	19.769	4,01%
Camboriú	82.989	16,87%
Ilhota	14.184	2,90%
Itajaí	219.536	29,66%
Itapema	65.312	8,82%
Navegantes	81.475	11,01%
Penha	32.531	4,39%
TOTAL	681.238	100,00%

11 – CONTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS:

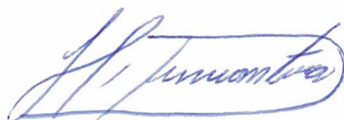
Para cumprimento dos objetivos do programa e em conformidade com o critério de rateio adotado os Municípios contribuirão com os seguintes valores:

MUNICÍPIO	CONTRIBUIÇÃO MENSAL	CONTRIBUIÇÃO ANUAL
Balneário Camboriú	R\$ 14.930,94	R\$ 149.309,38
Balneário Piçarras	R\$ 2.428,80	R\$ 24.288,02
Bombinhas	R\$ 3.117,29	R\$ 31.172,88
Camboriú	R\$ 13.100,47	R\$ 131.004,67
Ilhota	R\$ 2.249,34	R\$ 22.493,44
Itajaí	R\$ 23.035,79	R\$ 230.357,94
Itapema	R\$ 6.853,15	R\$ 68.531,53
Navegantes	R\$ 8.549,13	R\$ 85.491,28
Penha	R\$ 3.413,46	R\$ 34.134,60
TOTAL	R\$ 77.678,37	R\$ 776.783,73

12 – APROVAÇÃO:

O Programa de Manutenção das Atividades do CIM-AMFRI foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 06/12/2019, por unanimidade dos presentes, conforme ata em anexo, ficando o Diretor Executivo autorizado a promover os ajustes eventualmente necessários para adequação deste plano de trabalho, bem como a celebrar os respectivos Contratos Programa e de Rateio, sendo que os Municípios têm o prazo até 06/03/2020.

Itajaí, 21 de fevereiro de 2020.



João Luiz Demantova

Diretor Executivo do CIM-AMFRI

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA
FOZ DO RIO ITAJAÍ
(CIM-AMFRI)**

PLANO DE TRABALHO

Programa: 03/2020 – Gestão do Centro de Inovação Regional de Itajaí
Câmara Temática: Tecnologia e Inovação
Exercício Financeiro: 2020

FEVEREIRO / 2020

1 – OBJETO:

O objeto do programa é o desenvolvimento das Atividades Administrativas, Técnicas e Operacionais necessárias para o efetivo funcionamento e manutenção do Centro de Inovação Regional de Itajaí, para viabilizar o cumprimento dos objetivos descritos no Contrato de Consórcio Público e seu Estatuto Social.

2 – JUSTIFICATIVA:

O Centro de Inovação Regional de Itajaí – CIRI está sendo construído no bairro de Itaipava na cidade de Itajaí, através de convênio entre o Município e o Governo do Estado de Santa Catarina. O edifício conta com 5 pavimentos e tem como objetivo principal proporcionar a criação de um ecossistema de inovação na região de acordo com o metamodelo XPCat.

Em 2016 a Rede Catarinense de Inovação – RECEPETI desenvolveu, no âmbito do programa INOVAMFRI, diversos estudos relativos ao CIRI dentre os quais o desenvolvimento do Modelo de Ocupação.

Estes estudos apontaram para um modelo de governança associativo para o CIRI. Esta associação deveria ter personalidade jurídica privada, não ter fins lucrativos, buscar a qualificação de organização social e ser composta por diversos atores da tríplice hélice, como prefeituras, instituições de ensino e outras entidades associativas.

No transcorrer deste ano de 2019 o Município de Itajaí considerando a as potenciais dificuldades que o modelo de governança proposto pelo RECEPETI teria para levantar os fundos necessários para a manutenção das atividades do centro, em especial nos primeiros anos de funcionamento, viu na câmara temática de ciência e inovação do CIM-AMFRI a possibilidade de fazer a gestão regionalizada do CIRI, visto que as atividades a serem desenvolvidas no mesmo beneficiam todos os municípios que o compõe.

3 – FUNDAMENTO LEGAL:

O programa tem sua base legal no Contrato do CIM-AMFRI, em seu Estatuto Social, bem como nas Leis Municipais que ratificam e autorizam o ingresso dos municípios ao Consórcio tudo em conformidade com a Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07.

4 – INSTRUMENTOS DE GESTÃO:

Para cumprimento dos objetivos do programa o CIM-AMFRI poderá se valer dos instrumentos de gestão previstos na Cláusula 5 do Contrato do Consórcio e no Art. 11 do Estatuto Social do CIM-AMFRI.

5 – DESCRIÇÃO DAS ETAPAS E AÇÕES:

Para cumprimento de seus objetivos o programa de Gestão do Centro de Inovação Regional de Itajaí prevê sua execução em 2 (duas) etapas e 7 (sete) ações assim distribuídas:

ETAPAS		AÇÕES	
1	Ativação e Manutenção das Atividades	1.1	Contratação de Prestadores de Serviços para Desenvolvimento das Atividades
		1.2	Realização de Viagens e Deslocamentos
		1.3	Participação em Treinamentos e Capacitações da Equipe Funcional
		1.4	Custeio das Despesas com Manutenção, Material de Expediente e de Consumo
		1.5	Promoção e divulgação institucional do CIRI
2	Investimentos Patrimoniais	2.1	Aquisição de Mobiliário e Utensílios
		2.2	Aquisição de Equipamentos

a) ETAPA 1: Ativação e Manutenção das Atividades

Nesta etapa estão alocadas as ações ordinárias necessárias para o cumprimento das finalidades do CIM-AMFRI. Constituem ações desta etapa:

Ação 1.1- Contratação de Prestadores de Serviços para Desenvolvimento das Ações:

Esta ação tem como objetivo a contratação de consultorias técnicas específicas para a execução das atividades fins a serem desenvolvidas pelo CIRI.

Ação 1.2 - Realização de Viagens e Deslocamentos:

Esta ação tem como finalidade a realização de viagens e deslocamentos do quadro funcional da câmara temática de ciência e inovação, bem como dos consultores contratados, para participação em reuniões, palestras, seminários, encontros, audiências, feiras e eventos, dentre outros, relacionados com as atividades desenvolvidas pelo CIRI, podendo ser constituída por diferentes atividades, tais como:

- Atividade 1.2.1: Aquisição de passagens;
- Atividade 1.2.2: Inscrições em seminários, palestras e eventos; e
- Atividade 1.2.3: Aquisição de espaços em feiras e montagem de stands em feiras e eventos.

As atividades desta ação, sempre que necessário, deverão observar as disposições de resolução específica para a finalidade de concessão de diárias e deslocamentos.

Ação 1.3 - Participação em Treinamentos e Capacitações da Equipe Funcional:

Esta ação tem como finalidade prover a participação do quadro funcional da câmara temática de ciência e inovação em cursos e capacitações de acordo com as necessidades do CIRI, podendo ser constituída por diferentes atividades, tais como:

- Atividade 1.3.1: Aquisição de Passagens Aéreas; e
- Atividade 1.3.2: Inscrições em Cursos e Eventos.

As atividades desta ação, sempre que necessário, deverão observar as disposições de resolução específica para a finalidade de concessão de diárias e deslocamentos.

Ação 1.4 - Custeio das Despesas com Manutenção, Material de Expediente e de Consumo:

Esta ação tem como finalidade o custeio das ações ordinárias do CIRI, podendo ser constituída por diferentes atividades, tais como:

- Atividade 1.4.1: Aquisição de material de escritório e suprimentos de informática;
- Atividade 1.4.2: Aquisição de material de limpeza e de gêneros alimentícios;
- Atividade 1.4.3: Aquisição de combustível;
- Atividade 1.4.4: Locação de veículos;
- Atividade 1.4.5: Manutenção, adequações do espaço físico e reparos na sede;
- Atividade 1.4.6: Aquisição de licenças de uso de softwares de informática; e
- Atividade 1.4.7: Publicações de atos legais.

Ação 1.5- Promoção de ações para a promoção e divulgação institucional do CIRI:

No escopo desta ação estão incluídas todas as atividades necessárias a promoção e ampla divulgação do CIRI para a população regional, incluindo o desenvolvimento de campanha e material de apoio impresso e digital necessário a comunicação.

b) ETAPA 2: Investimentos Patrimoniais

Ação 2.1- Aquisição de Mobiliário e Utensílios:

Esta ação tem como objetivo a aquisição dos móveis e utensílios necessários à adequação do espaço funcional do CIRI e envolve as seguintes atividades, dentre outras:

- Atividade 2.1.1: Realização de estudos e projetos de design de interiores;
- Atividade 2.1.2: Aquisição de móveis, ferramentas e utensílios diversos;

Ação 2.2 - Aquisição de Equipamentos:

Esta ação tem como finalidade a aquisição de equipamentos para o desenvolvimento das ações do CIRI, podendo ser constituída por diferentes atividades, tais como:

- Atividade 2.2.1: Aquisição de equipamentos de informática; e
- Atividade 2.2.2: Aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, eletrodomésticos e de comunicação.

6 – ORÇAMENTO CONTRATADO:

O orçamento estimativo para cumprimento dos objetivos do programa prevê a necessidade de aplicação dos recursos financeiros assim distribuídos:

METAS / AÇÕES	DESCRIÇÃO	INDICAD. FÍSICOS		VALOR (R\$)	
		UNID.	QUANT.	UNITÁRIO	TOTAL
1	Ativação e Manutenção das Atividades				
1.1	Contratação de Prestadores de Serviços para Desenvolvimento das Atividades	Gb	1	342.193,84	342.193,84
1,2	Realização de Viagens e Deslocamentos	Gb	1	40.000,00	40.000,00
1.3	Participação em Treinamentos e Capacitações da Equipe Funcional	Gb	1	20.000,00	20.000,00
1.4	Custeio das Despesas com Manutenção, Material de Expediente e de Consumo	Gb	1	80.000,00	80.000,00
1.5	Promoção e divulgação institucional do CIRI	Gb	1	20.000,00	20.000,00
2	Investimentos Patrimoniais				
2.1	Aquisição de Mobiliário e Utensílios	Gb	1	50.000,00	50.000,00
2.2	Aquisição de Equipamentos	Gb	1	30.000,00	30.000,00
VALORES TOTAIS					582.193,84

Os valores estão estimados com base nas ações previstas e deverão ser aplicados em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Para o ano de 2020 não estão previstas receitas operacionais, contudo na eventualidade de serem auferidas, estas receitas deverão ser aplicadas integralmente nas ações previstas neste plano de trabalho.

7 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

O cronograma de execução previsto para a realização das ações previstas no Programa de Gestão do Centro de Inovação Regional de Itajaí é o seguinte:

METAS / AÇÕES	DESCRIÇÃO	INDICAD. FÍSICOS		DUARAÇÃO	
		UNID.	QUANT.	INÍCIO	TÉRMINO
1	Ativação e Manutenção das Atividades			01/03/2020	31/12/2020
1.1	Contratação de Prestadores de Serviços para Desenvolvimento das Atividades	Gb	1	01/03/2020	31/12/2020
1,2	Realização de Viagens e Deslocamentos	Gb	1	01/03/2020	31/12/2020
1.3	Participação em Treinamentos e Capacitações da Equipe Funcional	Gb	1	01/03/2020	31/12/2020
1.4	Custeio das Despesas com Manutenção, Material de Expediente e de Consumo	Gb	1	01/03/2020	31/12/2020
1.5	Promoção e divulgação institucional do CIRI	Gb	1	01/03/2020	31/12/2020
2	Investimentos Patrimoniais			01/03/2020	31/12/2020
2.1	Aquisição de Mobiliário e Utensílios	Gb	1	01/03/2020	31/12/2020
2.2	Aquisição de Equipamentos	Gb	1	01/03/2020	31/12/2020
DURAÇÃO TOTAL				01/03/2020	31/12/2020

8 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

O Cronograma de Desembolso previsto para o programa é o que segue:

EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)				
MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO
58.219,38	58.219,38	58.219,38	58.219,38	58.219,38
AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
58.219,38	58.219,39	58.219,39	58.219,39	58.219,39

9 – MUNICÍPIOS PARTICIPANTES:

O Programa de Gestão do Centro de Inovação Regional de Itajaí teve adesão dos Municípios de Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Ilhota, Itajaí, Itapema, Navegantes e Penha.

10 – CRITÉRIO DE RATEIO:

Para cumprimento de seus objetivos os recursos financeiros necessários a implantação do Programa de Gestão do Centro de Inovação Regional de Itajaí terá suas despesas rateadas entre os Municípios participantes proporcionalmente a estimativa do PIB – Produto Interno Bruto calculado com base no PIB per Capta publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para o ano de

2017, multiplicado pela estimativa populacional divulgada pelo IBGE para o ano de 2019, de acordo com o que segue:

MUNICÍPIO	PIB	RATEIO PROPORCIONAL
Balneário Camboriú	5.415.968.257,25	14,84%
Balneário Piçarras	887.472.645,84	2,43%
Ilhota	697.710.392,64	1,91%
Itajaí	22.627.217.676,32	62,02%
Itapema	1.812.554.952,00	4,97%
Navegantes	4.337.493.537,25	11,89%
Penha	706.408.062,52	1,94%
TOTAL	36.484.825.523,82	100,00 %

11 – CONTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS:

Para cumprimento dos objetivos do programa e em conformidade com o critério de rateio adotado os Municípios contribuirão com os seguintes valores:

MUNICÍPIO	CONTRIBUIÇÃO MENSAL	CONTRIBUIÇÃO ANUAL
Balneário Camboriú	R\$ 8.642,34	R\$ 86.423,42
Balneário Piçarras	R\$ 1.416,15	R\$ 14.161,53
Ilhota	R\$ 1.113,35	R\$ 11.133,47
Itajaí	R\$ 36.106,59	R\$ 361.065,91
Itapema	R\$ 2.892,32	R\$ 28.923,21
Navegantes	R\$ 6.921,40	R\$ 69.214,04
Penha	R\$ 1.127,23	R\$ 11.272,26
TOTAL	R\$ 58.219,38	R\$ 582.193,84

12 – APROVAÇÃO:

O programa de Gestão do Centro de Inovação Regional de Itajaí foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 06/12/2019, por unanimidade dos presentes, conforme ata em anexo, ficando o Diretor Executivo autorizado a promover os ajustes eventualmente necessários para adequação deste plano de trabalho, bem como a celebrar os respectivos Contratos Programa e de Rateio, sendo que os Municípios têm o prazo até 06/03/2020.

Itajaí, 21 de fevereiro de 2020.

João Luiz Demantova

Diretor Executivo do CIM-AMFRI

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA
REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ
(CIM-AMFRI)**

PLANO DE TRABALHO

Programa: 06/2019 – Centro de Qualificação da Gestão e
Formação de Lideranças Educacionais da Região
da Amfri

Câmara Temática: Educação

Exercício Financeiro: 2020

FEVEREIRO / 2020

1 – OBJETO:

O objeto do programa é o desenvolvimento de processos de qualificação da gestão educacional e escolar, formação de lideranças e desenvolvimento de políticas educacionais regionais com foco na qualidade das atividades e resultados pedagógicos.

2 – JUSTIFICATIVA:

Em 2014 a lei federal nº 13.005 de 25 de junho, aprovou o Plano Nacional de Educação e, por determinação constitucional, Estados e Municípios precisaram elaborar seus planos de educação alinhados às metas e estratégias para a educação pública e cujos resultados precisam ser alcançados nos próximos 10 anos.

Na região da Amfri, todos os sistemas municipais de ensino cumpriram a determinação constitucional e elaboraram seus planos de educação, conforme comprova-se abaixo:

MUNICÍPIO	LEI DO PME APROVADA
Balneário Camboriú	Lei nº 3.862, de 18 de dezembro de 2015
Balneário Piçarras	Lei nº 491, de 22 de junho de 2015
Bombinhas	Lei nº 1.456, de 25 de junho de 2015
Camboriú	Lei nº 2.832, de 25 de junho de 2015
Ilhota	Lei nº 61, de 30 de junho de 2015
Itajaí	Lei nº 6.674, de 22 de julho de 2015
Itapema	Lei nº 3.439, de 19 de junho de 2015
Luiz Alves	Lei nº 1.614, de 30 de junho de 2015
Navegantes	Lei nº 245, de 17 de junho de 2015
Penha	Lei nº 2.769, de 26 de junho de 2015
Porto Belo	Lei nº 2.288, de 22 de junho de 2015

Integra as 20 metas, a 19 que determina a qualificação da educação pública, se comprove em dois anos após a aprovação da lei municipal, com a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico para tanto.

A Escola, como unidade básica e espaço de realização de objetivos e metas do sistema educativo, encontra-se hoje como centro da atenção da sociedade, constituindo-se de grande valor estratégico para o nosso desenvolvimento. Tal situação se torna um grande desafio com esforço especial para os gestores escolares, por exigirem deles novas atenções, conhecimentos, habilidades e atitudes, que deságum na necessidade de competências para a tomada de decisões participativas e justas. A proposta central desse programa desenvolver estudos para qualificar os processos de gestão e de liderança que se faz aflorar no trabalho do gestor escolar, compelindo-o ao trato do seu trabalho, quer pedagógico ou administrativo. Pautado nos conceitos de gestão pública eficiente e liderança de grupos, pretende-se qualificar a gestão democrática e participativa, desenvolver as relações efetivas do papel da liderança do gestor no seu ambiente de trabalho. A escola democrática é aquela em que os seus participantes, tanto os da comunidade interna quanto os da externa, estão coletivamente organizados e

compromissados com a promoção de educação de qualidade para todos. As ações dos gestores eficientes estão diretamente associadas às escolas eficazes, àquelas que fazem a diferença no aprendizado dos alunos, inclusive porque atuam de forma coesa com as esferas superiores do Sistema Educacional. A gestão escolar que se deseja é muito mais do que um dever fazer, ela é uma construção social na formação plena do ser humano, cidadão autônomo e ético.

A relevância da atividade a ser desenvolvida regionalmente, caracterizará redução de investimentos financeiros uma vez que poder-se-á atender grupos diversificados em menos tempo, mais eficiência de uso do tempo, de ação logística, de profissionais envolvidos, mais resultados pedagógicos no sentido de permitir trocas de experiências, oportunidades de atuar com formadores/facilitadores especializados, além de oportunizar que haja maior aprofundamento de metodologias e de trocas de experiências entre os sistemas de ensino da região.

3 – FUNDAMENTO LEGAL:

O programa tem sua base legal no Contrato do CIM-AMFRI, em seu Estatuto Social, bem como nas Leis Municipais que ratificam e autorizam o ingresso dos municípios ao Consórcio tudo em conformidade com a Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07.

4 – INSTRUMENTOS DE GESTÃO:

Para cumprimento dos objetivos do programa o CIM-AMFRI poderá se valer dos instrumentos de gestão previstos na Cláusula 5 do Contrato do Consórcio e no Art. 11 do Estatuto Social do CIM-AMFRI.

5 – DESCRIÇÃO DAS ETAPAS E AÇÕES:

Para cumprimento de seus objetivos o programa do Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais da região da Amfri prevê sua execução em 2 (duas) etapas e 5 (cinco) ações assim distribuídas:

ETAPAS		AÇÕES	
1	Estruturação do Programa do Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais da região da Amfri	1.1	Elaboração da estrutura de governança do Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais da região da Amfri
		1.2	Definição dos perfis técnicos e profissionais para atuação no Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais da região da Amfri
		1.3	Elaboração do Programa e do currículo do Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais da região da Amfri
2	Estruturação da Oferta do Programa do Centro de Qualificação da Gestão e Formação	2.1	Análise e proposição de alterações nas legislações educacionais municipais para utilização, acesso e certificação dos profissionais as redes públicas

	de Lideranças Educacionais da região da Amfri		municipais de ensino
		2.2	Estudos de viabilidade do desenvolvimento das ações junto as Redes de Ensino

a) ETAPA 1: Estruturação do Programa do Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais da região da Amfri:

A primeira etapa do desenvolvimento do programa prevê a elaboração de pesquisas, estudos jurídicos, técnicos e financeiros, elaboração de planos e projetos necessários para a criação, legalização, implementação e desenvolvimento das funções do Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais da região da Amfri. Cada estudo necessário corresponde a uma ação descrita a seguir:

Ação 1.1 - Elaboração da estrutura de governança:

O Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais da região da Amfri, precisará determinar a participação direta e indireta dos envolvidos uma vez que o processo é dinâmico e precisará estar estruturado para atender as regulamentações e políticas educacionais na perspectiva de atender aos preceitos dos princípios e fins da educação nacional, notadamente na primeira e segunda etapas da educação básica, contendo minimamente as seguintes atividades:

- Atividade 1.1.1: Definição do formato e condições da participação paritária dos sistemas de ensino que integram o CIM Amfri na estrutura de governança;
- Atividade 1.1.2: Viabilidade da participação de parceiros com comprovada competência técnica, bem como, formato e condições da participação para atuar na estrutura de governança;
- Atividade 1.1.3: Elaboração de instrumentos jurídicos e técnicos para firmar acordos de cooperação técnica com entidades, organizações, instituições nacionais ou internacionais, além de pessoas físicas;

Ação 1.2 - Definição dos perfis técnicos e profissionais:

Padrões de qualidade precisarão ser delineados, implementados, monitorados e avaliados a fim de que se possa considerar a continuidade dos processos de qualificação da gestão e da formação das lideranças educacionais e, portanto, há que considerar a necessidade inquestionável dos profissionais que atuarão junto ao Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais da região da Amfri. Os estudos se desenvolverão por meio das seguintes atividades:

- Atividade 1.2.1: Definição da formação acadêmica, qualificação técnica, perfil profissional e atribuições dos profissionais que atuarão direta ou indiretamente, continuada ou esporadicamente; e
- Atividade 1.2.2: Estruturação dos formatos e condições de indicação, seleção, contratação

- dos profissionais;
- Atividade 1.2.3: Definição dos formatos e condições de desenvolvimento das atividades laborais (carga horária, valores, vantagens, direitos...)

Ação 1.3 - Elaboração do Programa e do Currículo:

Atender as determinações legais no âmbito nacional ou no âmbito dos sistemas municipais de ensino é condição inquestionável para que se busquem em alcancem resultados com o desenvolvimento das atividades do Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais da região da Amfri. Os estudos se desenvolverão por meio das seguintes atividades:

- Atividade 1.2.1: Definição de conceitos legais, teóricos, técnicos e pedagógicos para a constituição da estrutura curricular;
- Atividade 1.2.2: Desenvolvimento da concepção e proposição metodológica do Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais da região da Amfri;
- Atividade 1.2.3: Desenvolvimento da concepção e proposição metodológica do documento que registrará a Proposta Curricular;
- Atividade 1.2.4: Definição da concepção avaliativa, de mentoria e de proposições de desenvolvimento de planos estratégicos aplicáveis ao cotidiano das ações dos potenciais públicos do Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais da região da Amfri;

b) ETAPA 2: Estruturação da Oferta do Programa do Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais da região da Amfri

Nesta etapa serão realizados os estudos técnicos para garantia da viabilidade e aplicabilidade junto aos Sistemas de Ensino das proposições estruturadas para o desenvolvimento das ações do Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais da região da Amfri. O programa prevê as seguintes ações:

Ação 2.1- Estudo das Legislações Educacionais Municipais:

Esta ação tem como objetivo alinhar conceitos e preceitos legais determinados nas legislações de cada um dos municípios integrantes do CIM-Amfri à proposta de desenvolvimento das ações do Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais da região da Amfri. Para tanto, far-se-á análise e estruturação de quadros de viabilidade legal e consequentes quadros de sugestões de adequações legais das seguintes legislações:

- I.** Lei Orgânica;
- II.** Estatuto do Servidor;
- III.** Estatuto do Magistério (se tiver)
- IV.** Plano de Carreira e Remuneração do Magistério
- V.** Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais de Serviço e Apoio Escolar

- VI. Plano Municipal de Educação
- VII. Relatórios de Monitoramento e de Avaliação do Plano Municipal de Educação
- VIII. Resoluções e Pareceres do Conselho Municipal de Educação e homologados pelo Dirigente Municipal de Educação

Ação 2.2 - Estudos de viabilidade do desenvolvimento das ações junto as Redes de Ensino:

Esta ação tem como finalidade a realização de estudos técnicos que permitirão adequar cronogramas, calendários, deslocamentos, total de profissionais, área de atuação correlata ao público pré-definido, processos de seleção, dentre outros aspectos necessários para a implementação das atividades do Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais da região da Amfri. Está dividida nas seguintes atividades:

- Atividade 2.2.1: Desenvolvimento de sistema de coleta e organização de dados
- Atividade 2.2.2: Levantamento da quantidade de profissionais por rede de ensino e organização de quadros estruturados por forma de contratação, habilitação, área de atuação, local de efetivação, tempo de serviço no cargo, tempo de serviço na função;
- Atividade 2.2.3: Elaboração de Termos de Referência para abertura de cursos;
- Atividade 2.2.3: Elaboração de Editais de Seleção;

6 – ORÇAMENTO CONTRATADO:

O orçamento estimativo para cumprimento dos objetivos do programa prevê a necessidade de aplicação dos recursos financeiros assim distribuídos:

METAS / AÇÕES	DESCRIÇÃO	INDICAD. FÍSICOS		VALOR (R\$)	
		UNID.	QUANT.	UNITÁRIO	TOTAL
1	Estruturação do Programa do Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais da região da Amfri				
1.1	Encontros e reuniões para estabelecimento de parcerias governamentais	GB	1	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
1.2	Elaboração da estrutura de governança do Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais da região da Amfri	GB	1	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00
1.3	Definição dos perfis técnicos e profissionais para atuação no Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais da região da Amfri	GB	1	R\$ 4.810,20	R\$ 4.810,20

1.4	Elaboração do Programa e do currículo do Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais da região da Amfri	GB	1	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
2	Estruturação da Oferta do Programa do Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais da região da Amfri				
2.1	Análise e proposição de alterações nas legislações educacionais municipais para utilização, acesso e certificação dos profissionais as redes públicas municipais de ensino	GB	1	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
2.2	Estudos de viabilidade do desenvolvimento das ações junto as Redes de Ensino	GB	1	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
VALOR TOTAL					R\$ 91.810,20

Os valores estão estimados com base nas ações previstas e deverão ser aplicados em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

O cronograma de execução previsto para a realização das ações previstas no Programa do Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais da Região da Amfri é o seguinte:

METAS / AÇÕES	DESCRIÇÃO	INDICADORES FÍSICOS		DURAÇÃO	
		UNID.	QUANT.	INÍCIO	TÉRMINO
1	Estruturação do Programa do Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais da região da Amfri			06/03/2020	30/06/2020
1.1	Encontros e reuniões para estabelecimento de parcerias governamentais	GB	1	06/03/2020	30/06/2020
1.2	Elaboração da estrutura de governança do Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais da região da Amfri	GB	1	20/03/2020	30/04/2020
1.3	Definição dos perfis técnicos e profissionais para atuação no Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais da região da Amfri	GB	1	02/05/2020	30/06/2020
1.4	Elaboração do Programa e do currículo do Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais da região da Amfri	GB	1	01/07/2020	30/08/2020

2	Estruturação da Oferta do Programa do Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais da região da Amfri			01/08/2020	30/08/2020
2.1	Análise e proposição de alterações nas legislações educacionais municipais para utilização, acesso e certificação dos profissionais as redes públicas municipais de ensino	GB	1	01/09/2020	31/10/2020
2.2	Estudos de viabilidade do desenvolvimento das ações junto as Redes de Ensino	GB	1	01/11/2020	30/12//2020
DURAÇÃO TOTAL				06/03/2020	30/12/2020

8 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

O Cronograma de Desembolso previsto para o programa é o que segue:

EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)				
MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO
9.181,02	9.181,02	9.181,02	9.181,02	9.181,02
AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
9.181,02	9.181,02	9.181,02	9.181,02	9.181,02

9 – MUNICÍPIOS PARTICIPANTES:

O Programa do Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais da Região da Amfri teve adesão dos Municípios de Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Ilhota, Itajaí, Itapema e Penha.

10 – CRITÉRIO DE RATEIO:

Para cumprimento de seus objetivos os recursos financeiros necessários a implantação do Programa do Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais da Região da Amfri terá suas despesas rateadas entre os Municípios participantes proporcionalmente a matrículas na rede pública municipal de ensino publicado pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, de acordo com as matrículas do ano de 2018, coletadas por meio do Sistema Educacenso de acordo com o que segue:

MUNICÍPIO	MATRÍCULAS	RATEIO PROPORCIONAL
Balneário Camboriú	14.743	21,98%
Balneário Piçarras	4.711	7,02%
Ilhota	2.189	3,26%
Itajaí	31.766	47,36%
Itapema	9.642	14,38%
Penha	4.023	6,00%
TOTAL	67.074	100,00%

11 – CONTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS:

Para cumprimento dos objetivos do programa e em conformidade com o critério de rateio adotado os Municípios contribuirão com os seguintes valores:

MUNICÍPIO	CONTRIBUIÇÃO MENSAL	CONTRIBUIÇÃO ANUAL
Balneário Camboriú	R\$ 2.018,01	R\$ 20.180,07
Balneário Piçarras	R\$ 644,84	R\$ 6.448,37
Ilhota	R\$ 299,63	R\$ 2.996,28
Itajaí	R\$ 4.348,10	R\$ 43.480,97
Itapema	R\$ 1.319,79	R\$ 13.197,87
Penha	R\$ 550,66	R\$ 5.506,64
TOTAL	R\$ 9.181,02	R\$ 91.810,20

12 – APROVAÇÃO:

O Programa do Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais da Região da Amfri foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 06/12/2019, por unanimidade dos presentes, conforme ata em anexo, ficando o Diretor Executivo autorizado a promover os ajustes eventualmente necessários para adequação deste plano de trabalho, bem como a celebrar os respectivos Contratos Programa e de Rateio, sendo que os Municípios têm o prazo até 06/03/2020.

Itajaí, 21 de fevereiro de 2020.



João Luiz Demantova
Diretor Executivo do CIM-AMFRI

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA
REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ
(CIM-AMFRI)**

PLANO DE TRABALHO

Programa: 07/2020 – Serviço de Orientação e Ação Jurídica
Junto as Secretarias Municipais de Educação

Câmara Temática: Educação

Exercício Financeiro: 2020

FEVEREIRO / 2020

1 – OBJETO:

O objeto do programa é prestação de serviços contínuos de assessoria jurídica na área do direito educacional junto as Secretarias Municipais de Educação.

2 – JUSTIFICATIVA:

Sabe-se que a educação é um dos serviços públicos mais relevantes e prioritários, sendo dever do Estado e direito dos cidadãos, devendo ser ofertado de forma contínua, com presteza, eficiência e economicidade. Referidos serviços devem ser prestados observando-se firmemente o princípio da legalidade, mola mestra de todo o funcionamento dos serviços públicos.

Na prestação dos referidos serviços o Poder Público deve observar não apenas os princípios constitucionais e normas gerais, mas toda a legislação peculiar que rege a educação nacional, que se compõem de uma gama imensa de normas, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Plano Nacional de Educação, a Lei nº. 11.738/08, uma infinidade de decretos federais e regulamentações expedidas pelo Conselho Nacional de Educação e homologadas pelo MEC, portarias do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Resoluções e Deliberações dos Conselhos Nacional e Municipais de Educação, etc. A Educação Pública precisa atuar a partir de normas legais no âmbito de pessoal, pedagógico, técnico, orçamentário, financeiro, de infraestrutura, de proteção de direitos da criança e do adolescente, dentre outras legislações.

Pelo volume de trabalho, a especificidade da formação e dos conhecimentos técnicos que a área do direito exige, aliado ao domínio para aplicabilidade das referidas normas, torna-se fato que tal competência escapa ao conhecimento dos gestores da educação, que possuem formação pedagógica e não jurídica e administrativa. Por tais razões, os referidos gestores necessitam de consultoria jurídico-administrativa especializada, que aliás, não é nem de domínio de qualquer profissional da área do direito, reconhecendo-se apenas naqueles que possuem especialização na área do direito educacional. Referida especialização se dá, normalmente, por meio de cursos de especialização, já que na graduação não são estudados temas de direito afetos especificamente a área da educação.

Outro destaque relevante a ser considerado é que nas instituições públicas, notadamente do serviço público municipal, nem sempre existe profissional capacitado para desenvolver um trabalho de assessoria específico em educação, o que corrobora com a necessidade deste pleito que visa atender a demanda das Secretarias Municipais de Educação, no que diz respeito, à prestação de serviços técnicos profissionais de assessoria e consultoria na área educacional.

Diante desse cenário, e com a evidente, necessária e urgente ação desse profissional para a realização dos serviços ora mencionados, faz-se necessária a presente contratação, visando buscar assessoria e consultoria especializada por meio do CIM-Amfri, entendendo ser um formato mais econômico do que a contratação de servidor público para cada uma das Secretarias de Educação o que por certo, não terá o conhecimento e a experiência necessária, razão pela qual deve-se licitar os serviços observando-se a necessária obtenção da proposta mais vantajosa para as Administrações Públicas.

3 – FUNDAMENTO LEGAL:

A proposta da contratação do serviço tem sua base legal no Contrato do CIM-AMFRI, em seu Estatuto Social, bem como nas Leis Municipais que ratificam e autorizam o ingresso dos municípios ao Consórcio tudo em conformidade com a Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07.

4 – INSTRUMENTOS DE GESTÃO:

Para cumprimento dos objetivos do programa o CIM-AMFRI poderá se valer dos instrumentos de gestão previstos na Cláusula 5 do Contrato do Consórcio e no Art. 11 do Estatuto Social do CIM-AMFRI.

5 – DESCRIÇÃO DAS ETAPAS E AÇÕES:

Para cumprimento de seus objetivos o serviço de orientação e ação jurídica junto as Secretarias Municipais da Educação da Amfri prevê a execução das seguintes atribuições gerais com formato, estrutura e cronograma para atendimento as Secretarias, organizado a partir de planejamento, considerando:

- a) Apresentação de fundamentos legais necessários ao embasamento dos atos administrativos a serem praticados pelos agentes e servidores públicos vinculados as Secretarias Municipais de Educação;
- b) Consultoria relativa à interpretação e aplicação da legislação educacional, no âmbito dos sistemas municipais de ensino, relativos a diretrizes educacionais e elaboração de resoluções e normas para instituições pertencentes ao sistema municipal de ensino;
- c) Orientação para elaboração de pareceres técnicos tendentes a elucidar dúvidas dos administradores municipais no tocante à condução do interesse público na área da Educação;
- d) Análise da legislação (Federal, Estadual e Municipal) destinada à regulamentação da Educação em âmbito local e manifestação acerca de sua contemporaneidade e adequação;
- e) Orientação para elaboração de minutas de atos normativos necessários à consecução dos fins educacionais, observadas as legislações federal, estadual e municipal pertinentes;
- f) Assessoramento, quando solicitado, para elaboração de minutas de projetos de lei, decretos e resoluções na área da educação, bem como editais de processos seletivos de profissionais do magistério e dos profissionais da educação;
- g) Assessoria técnica as Secretarias Municipais de Educação, com vistas aos processos de atribuições de aulas, concessões de progressões nas carreiras docentes, recursos de docentes, demais profissionais e discentes e outros atos peculiares;
- h) Oferta de fundamentos legais, com fulcro na legislação educacional, objetivando estabelecer procedimentos legais a serem cumpridos pelo Sistema Municipal de Ensino nos procedimentos de avaliação, supervisão e fiscalização das instituições de ensino;
- i) Orientações legais para a implementação do Sistema Municipal de Ensino e para a elaboração dos atos normativos necessários ao seu funcionamento;
- j) Orientações para interpretação de legislação da área educacional, inclusive quanto a edição de novos diplomas legais, visando manter a Administração periodicamente atualizada (leis, decretos, resoluções, pareceres e indicações dos Conselhos Nacional e demais órgãos legisladores);
- k) Manifestações necessárias ao correto funcionamento do Conselho Municipal de Educação,

- oferecendo e elaborando subsídios legais acerca da atuação do mesmo;
- l) Manifestações necessárias ao correto funcionamento do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, oferecendo e elaborando subsídios legais acerca das despesas consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino;
 - m) Orientação para elaboração e aplicação dos regimentos escolares das escolas municipais de educação infantil e de ensino fundamental;
 - n) Manifestações acerca de situações concretas relacionadas aos servidores vinculados à Educação por meio da análise das respectivas situações funcionais e subsunção destas à legislação municipal regente;
 - o) Oferecimento de informações legislativas, doutrinárias e jurisprudenciais atualizadas à Secretaria Municipal de Educação por meio de solicitação prévia;
 - p) Assessoria técnica às escolas públicas municipais, relativa a aplicação das normas dos regimentos escolares, inclusive quanto a recursos apresentados por alunos, pais ou responsáveis;
 - q) Assessoria técnica às escolas públicas municipais, relativa a aplicação das normas dos recursos do PDDE, da regularização das Associações de Pais e Professores no que se refere aos estatutos e regimentos;
 - r) Assessoria técnica ao Conselho Municipal de Educação na fixação de normas e deliberações para o Sistema Municipal de Ensino;
 - s) Consultoria para elaboração, revisão e atualização da legislação municipal vigente relacionada ao objeto do contrato, conforme solicitação da contratante, como Estatuto e Plano de Carreira do Magistério, Plano Municipal de Educação, Organização do Sistema Municipal de Ensino, e todas as demais legislações pertinentes;
 - t) Orientações gerais sobre documentos oriundos do Ministério Público e que necessitam de respostas das Secretarias Municipais de Educação;
 - u) Orientações gerais sobre contratos de locação e serviços, dentre outros;
 - v) Orientações gerais para a correta interpretação e aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente;
 - w) Emissão de pareceres jurídicos quanto às questões pertinentes ao objeto deste contrato.

6 – ORÇAMENTO CONTRATADO:

O orçamento estimativo para o desenvolvimento das ações advindas das atribuições listadas no item 5, prevê a necessidade de aplicação dos recursos financeiros mensais assim distribuídos:

METAS / AÇÕES	DESCRIÇÃO	INDICAD. FÍSICOS		VALOR	
		UNID.	QUANT.	UNITÁRIO	TOTAL
1	Serviço de orientação e ação jurídica junto as Secretarias Municipais da Educação da Amfri	Horas Técnicas / Mês	X	RS 0,00	RS 0.00
VALOR TOTAL					RS 0,00

Os valores estão estimados com base nas ações previstas e deverão ser aplicados em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

O cronograma de execução previsto para a realização do Serviço de orientação e ação jurídica junto as Secretarias Municipais da Educação da Amfri é o seguinte:

METAS / AÇÕES	DESCRIÇÃO	INDICAD. FÍSICOS		DURAÇÃO	
		UNID.	QUANT.	INÍCIO	TÉRMINO
1	Serviço de orientação e ação jurídica junto as Secretarias Municipais da Educação da Amfri	Horas Técnicas / Mês	X	06/03/2020	31/12/2020
DURAÇÃO TOTAL				10 meses	

8 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

Não há desembolso previsto para ao CIM-AMFRI para os consorciados.

9 – MUNICÍPIOS PARTICIPANTES:

O Serviço de orientação e ação jurídica junto as Secretarias Municipais da Educação da Amfri teve adesão dos Municípios de Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Ilhota, Itajaí, Itapema, Navegantes e Penha.

10 – CRITÉRIO DE RATEIO (LICITAÇÃO COMPARTILHADA):

Para cumprimento de seus objetivos os recursos financeiros necessários a implantação do serviço de orientação e ação jurídica junto as Secretarias Municipais da Educação da Amfri terá suas despesas contratadas diretamente pelos consorciados, através de licitação compartilhada.

11 – CONTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS:

Para cumprimento dos objetivos do programa não serão necessárias contribuições dos consorciados.

12 – APROVAÇÃO:

O serviço de orientação e ação jurídica junto as Secretarias Municipais da Educação da Amfri foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 06/12/2019, por unanimidade dos presentes, conforme ata em anexo, ficando o Diretor Executivo autorizado a promover os ajustes eventualmente necessários para adequação deste plano de trabalho, bem como a celebrar os

respectivos Contratos Programa e de Rateio, sendo que os Municípios têm o prazo até 06/03/2020.

Itajaí, 21 de fevereiro de 2020.



João Luiz Demantova
Diretor Executivo do CIM-AMFRI

ANEXO C - MUNICIPIOS CONSORCIADOS POR PROGRAMA

TABELA DE RATEIO DAS DESPESAS POR MUNICÍPIO CONSORCIADO - 2020 - APROVADO				
MUNICÍPIO	DOTAÇÃO	PROGRAMA 1 Manutenção das Atividades do CIM-AMFRI	% Total de Contribuição	VALOR TOTAL
Balneário Camboriú	3.1.90.00	R\$ 110.171,92	19,22%	R\$ 110.171,92
	3.3.90.00	R\$ 26.091,63		R\$ 26.091,63
	4.4.90.00	R\$ 13.045,82		R\$ 13.045,82
	TOTAL	R\$ 149.309,37		R\$ 149.309,37
Balneário Piçarras	3.1.90.00	R\$ 17.921,57	3,13%	R\$ 17.921,57
	3.3.90.00	R\$ 4.244,30		R\$ 4.244,30
	4.4.90.00	R\$ 2.122,15		R\$ 2.122,15
	TOTAL	R\$ 24.288,02		R\$ 24.288,02
Bombinhas	3.1.90.00	R\$ 23.001,74	4,01%	R\$ 23.001,74
	3.3.90.00	R\$ 5.447,42		R\$ 5.447,42
	4.4.90.00	R\$ 2.723,71		R\$ 2.723,71
	TOTAL	R\$ 31.172,88		R\$ 31.172,88
Camboriú	3.1.90.00	R\$ 96.665,30	16,87%	R\$ 96.665,30
	3.3.90.00	R\$ 22.892,91		R\$ 22.892,91
	4.4.90.00	R\$ 11.446,45		R\$ 11.446,45
	TOTAL	R\$ 131.004,67		R\$ 131.004,67
Ilhota	3.1.90.00	R\$ 16.597,38	2,90%	R\$ 16.597,38
	3.3.90.00	R\$ 3.930,70		R\$ 3.930,70
	4.4.90.00	R\$ 1.965,35		R\$ 1.965,35
	TOTAL	R\$ 22.493,44		R\$ 22.493,44
Itajaí	3.1.90.00	R\$ 169.975,78	29,66%	R\$ 169.975,78
	3.3.90.00	R\$ 40.254,77		R\$ 40.254,77
	4.4.90.00	R\$ 20.127,39		R\$ 20.127,39
	TOTAL	R\$ 230.357,94		R\$ 230.357,94
Itapema	3.1.90.00	R\$ 50.567,83	8,82%	R\$ 50.567,83
	3.3.90.00	R\$ 11.975,80		R\$ 11.975,80
	4.4.90.00	R\$ 5.987,90		R\$ 5.987,90
	TOTAL	R\$ 68.531,53		R\$ 68.531,53
Luiz Alves	3.1.90.00	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00
	3.3.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	4.4.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	TOTAL	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Navegantes	3.1.90.00	R\$ 63.082,03	11,01%	R\$ 63.082,03
	3.3.90.00	R\$ 14.939,50		R\$ 14.939,50
	4.4.90.00	R\$ 7.469,75		R\$ 7.469,75
	TOTAL	R\$ 85.491,28		R\$ 85.491,28
Penha	3.1.90.00	R\$ 25.187,13	4,39%	R\$ 25.187,13
	3.3.90.00	R\$ 5.964,98		R\$ 5.964,98
	4.4.90.00	R\$ 2.982,49		R\$ 2.982,49
	TOTAL	R\$ 34.134,60		R\$ 34.134,60
Porto Belo	3.1.90.00	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00
	3.3.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	4.4.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	TOTAL	R\$ 0,00		R\$ 0,00
TOTAL		R\$ 776.783,72	100,00%	R\$ 776.783,72

TABELA DE RATEIO DAS DESPESAS POR MUNICÍPIO CONSORCIADO - 2020 - APROVADO				
MUNICÍPIO	RUBRICA	PROGRAMA 3 Gestão do Centro de Inovação Regional da Foz do Rio Itajaí	% Total de Contribuição	VALOR TOTAL
Balneário Camboriú	3.1.90.00	R\$ 0,00	14,84%	R\$ 0,00
	3.3.90.00	R\$ 75.620,49		R\$ 75.620,49
	4.4.90.00	R\$ 10.802,93		R\$ 10.802,93
	TOTAL	R\$ 86.423,42		R\$ 86.423,42
Balneário Piçarras	3.1.90.00	R\$ 0,00	2,43%	R\$ 0,00
	3.3.90.00	R\$ 12.391,34		R\$ 12.391,34
	4.4.90.00	R\$ 1.770,19		R\$ 1.770,19
	TOTAL	R\$ 14.161,53		R\$ 14.161,53
Bombinhas	3.1.90.00	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00
	3.3.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	4.4.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	TOTAL	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Camboriú	3.1.90.00	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00
	3.3.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	4.4.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	TOTAL	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Ilhota	3.1.90.00	R\$ 0,00	1,91%	R\$ 0,00
	3.3.90.00	R\$ 9.741,79		R\$ 9.741,79
	4.4.90.00	R\$ 1.391,68		R\$ 1.391,68
	TOTAL	R\$ 11.133,47		R\$ 11.133,47
Itajaí	3.1.90.00	R\$ 0,00	62,02%	R\$ 0,00
	3.3.90.00	R\$ 315.932,67		R\$ 315.932,67
	4.4.90.00	R\$ 45.133,24		R\$ 45.133,24
	TOTAL	R\$ 361.065,91		R\$ 361.065,91
Itapema	3.1.90.00	R\$ 0,00	4,97%	R\$ 0,00
	3.3.90.00	R\$ 25.307,81		R\$ 25.307,81
	4.4.90.00	R\$ 3.615,40		R\$ 3.615,40
	TOTAL	R\$ 28.923,21		R\$ 28.923,21
Luiz Alves	3.1.90.00	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00
	3.3.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	4.4.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	TOTAL	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Navegantes	3.1.90.00	R\$ 0,00	11,89%	R\$ 0,00
	3.3.90.00	R\$ 60.562,28		R\$ 60.562,28
	4.4.90.00	R\$ 8.651,75		R\$ 8.651,75
	TOTAL	R\$ 69.214,04		R\$ 69.214,04
Penha	3.1.90.00	R\$ 0,00	1,94%	R\$ 0,00
	3.3.90.00	R\$ 9.863,23		R\$ 9.863,23
	4.4.90.00	R\$ 1.409,03		R\$ 1.409,03
	TOTAL	R\$ 11.272,26		R\$ 11.272,26
Porto Belo	3.1.90.00	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00
	3.3.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	4.4.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	TOTAL	R\$ 0,00		R\$ 0,00
TOTAL		R\$ 582.193,84	100,00%	R\$ 582.193,84

TABELA DE RATEIO DAS DESPESAS POR MUNICÍPIO CONSORCIADO - 2020 - APROVADO				
MUNICÍPIO	RUBRICA	PROGRAMA 6 Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educativas da Região da Foz do Rio Itajaí	% Total de Contribuição	VALOR TOTAL
Balneário Camboriú	3.1.90.00	R\$ 0,00	21,98%	R\$ 0,00
	3.3.90.00	R\$ 20.180,07		R\$ 20.180,07
	4.4.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	TOTAL	R\$ 20.180,07		R\$ 20.180,07
Balneário Piçarras	3.1.90.00	R\$ 0,00	7,02%	R\$ 0,00
	3.3.90.00	R\$ 6.448,37		R\$ 6.448,37
	4.4.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	TOTAL	R\$ 6.448,37		R\$ 6.448,37
Bombinhas	3.1.90.00	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00
	3.3.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	4.4.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	TOTAL	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Camboriú	3.1.90.00	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00
	3.3.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	4.4.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	TOTAL	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Ilhota	3.1.90.00	R\$ 0,00	3,26%	R\$ 0,00
	3.3.90.00	R\$ 2.996,28		R\$ 2.996,28
	4.4.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	TOTAL	R\$ 2.996,28		R\$ 2.996,28
Itajaí	3.1.90.00	R\$ 0,00	47,36%	R\$ 0,00
	3.3.90.00	R\$ 43.480,97		R\$ 43.480,97
	4.4.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	TOTAL	R\$ 43.480,97		R\$ 43.480,97
Itapema	3.1.90.00	R\$ 0,00	14,38%	R\$ 0,00
	3.3.90.00	R\$ 13.197,87		R\$ 13.197,87
	4.4.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	TOTAL	R\$ 13.197,87		R\$ 13.197,87
Luiz Alves	3.1.90.00	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00
	3.3.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	4.4.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	TOTAL	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Navegantes	3.1.90.00	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00
	3.3.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	4.4.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	TOTAL	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Penha	3.1.90.00	R\$ 0,00	6,00%	R\$ 0,00
	3.3.90.00	R\$ 5.506,64		R\$ 5.506,64
	4.4.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	TOTAL	R\$ 5.506,64		R\$ 5.506,64
Porto Belo	3.1.90.00	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00
	3.3.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	4.4.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	TOTAL	R\$ 0,00		R\$ 0,00
TOTAL		R\$ 91.810,20	100,00%	R\$ 91.810,20

TABELA DE RATEIO DAS DESPESAS POR MUNICÍPIO CONSORCIADO - 2020 - APROVADO				
MUNICÍPIO	RUBRICA	PROGRAMA 7 Serviço de Orientação e Ação Jurídica às Secretarias Municipais de Educação	% Total de Contribuição	VALOR TOTAL
Balneário Camboriú	3.1.90.00	R\$ 0,00	x	R\$ 0,00
	3.3.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	4.4.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	TOTAL	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Balneário Piçarras	3.1.90.00	R\$ 0,00	x	R\$ 0,00
	3.3.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	4.4.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	TOTAL	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Bombinhas	3.1.90.00	R\$ 0,00	x	R\$ 0,00
	3.3.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	4.4.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	TOTAL	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Camboriú	3.1.90.00	R\$ 0,00	x	R\$ 0,00
	3.3.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	4.4.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	TOTAL	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Ilhota	3.1.90.00	R\$ 0,00	x	R\$ 0,00
	3.3.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	4.4.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	TOTAL	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Itajaí	3.1.90.00	R\$ 0,00	x	R\$ 0,00
	3.3.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	4.4.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	TOTAL	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Itapema	3.1.90.00	R\$ 0,00	x	R\$ 0,00
	3.3.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	4.4.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	TOTAL	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Luiz Alves	3.1.90.00	R\$ 0,00	x	R\$ 0,00
	3.3.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	4.4.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	TOTAL	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Navegantes	3.1.90.00	R\$ 0,00	x	R\$ 0,00
	3.3.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	4.4.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	TOTAL	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Penha	3.1.90.00	R\$ 0,00	x	R\$ 0,00
	3.3.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	4.4.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	TOTAL	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Porto Belo	3.1.90.00	R\$ 0,00	x	R\$ 0,00
	3.3.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	4.4.90.00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
	TOTAL	R\$ 0,00		R\$ 0,00
TOTAL		R\$ 0,00	x	R\$ 0,00

ANEXO D - TABELA DE RATEIO DAS DESPESAS POR MUNICÍPIO CONSORCIADO

CONTRIBUIÇÃO MUNICIPAL - BALNEÁRIO CAMBORIÚ - 2020					
PROGRAMA	Câmara Temática	Rubrica 3.1.90.00	Rubrica 3.3.90.00	Rubrica 4.4.90.00	VALOR TOTAL
1 - Manutenção das Atividades do CIM-AMFRI	TODAS	R\$ 110.171,92	R\$ 26.091,63	R\$ 13.045,82	R\$ 149.309,37
2 - Adesão ao SISBI/AMFRI via CIM-AMFRI	AGRICULTURA E PESCA	R\$ 9.090,91	R\$ 18.181,82	R\$ 0,00	R\$ 27.272,73
3 - Gestão do Centro de Inovação Regional da Foz do Rio Itajaí	TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 75.620,49	R\$ 10.802,93	R\$ 86.423,42
4 - Sistema de Transporte Coletivo Regional - STCR	MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA	R\$ 0,00	R\$ 17.923,92	R\$ 2.987,32	R\$ 20.911,24
5 - Manutenção e Conservação das Rodovias Estaduais no Território do CIM-AMFRI	MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA	x	x	x	x
6 - Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais da Região da Foz do Rio	EDUCAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 20.180,07	R\$ 0,00	R\$ 20.180,07
7 - Serviço de Orientação e Ação Jurídica às Secretarias Municipais de Educação	EDUCAÇÃO	x	x	x	x
8 - Gestão Associada de Serviços Públicos na Área da Cultura na Região da Foz do Rio Itajaí	CULTURA	x	x	x	x
9 - Estudo Técnico Socioambiental	MEIO AMBIENTE E DEFESA CIVIL	x	x	x	x
10 - Sistema de Indicadores de Planejamento Estratégico Territorial e Socioambiental	MEIO AMBIENTE E DEFESA CIVIL	x	x	x	x
TOTAL		R\$ 119.262,83	R\$ 157.997,93	R\$ 26.836,06	R\$ 304.096,83

CONTRIBUIÇÃO MUNICIPAL - BALNEÁRIO PIÇARRAS - 2020					
PROGRAMA	Câmara Temática	Rubrica 3.1.90.00	Rubrica 3.3.90.00	Rubrica 4.4.90.00	VALOR TOTAL
1 - Manutenção das Atividades do CIM-AMFRI	TODAS	R\$ 17.921,57	R\$ 4.244,30	R\$ 2.122,15	R\$ 24.288,02
2 - Adesão ao SISBI/AMFRI via CIM-AMFRI	AGRICULTURA E PESCA	R\$ 9.090,91	R\$ 18.181,82	R\$ 0,00	R\$ 27.272,73
3 - Gestão do Centro de Inovação Regional da Foz do Rio Itajaí	TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 12.391,34	R\$ 1.770,19	R\$ 14.161,53
4 - Sistema de Transporte Coletivo Regional - STCR	MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA	R\$ 0,00	R\$ 2.915,67	R\$ 485,94	R\$ 3.401,61
5 - Manutenção e Conservação das Rodovias Estaduais no Território do CIM-AMFRI	MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
6 - Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais da Região da Foz do Rio	EDUCAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 6.448,37	R\$ 0,00	R\$ 6.448,37
7 - Serviço de Orientação e Ação Jurídica às Secretarias Municipais de Educação	EDUCAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8 - Gestão Associada de Serviços Públicos na Área da Cultura na Região da Foz do Rio Itajaí	CULTURA	R\$ 0,00	R\$ 18.363,64	R\$ 0,00	R\$ 18.363,64
9 - Estudo Técnico Socioambiental	MEIO AMBIENTE E DEFESA CIVIL	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
10 - Sistema de Indicadores de Planejamento Estratégico Territorial e Socioambiental	MEIO AMBIENTE E DEFESA CIVIL	R\$ 0,00	R\$ 14.481,30	R\$ 0,00	R\$ 14.481,30
TOTAL		R\$ 27.012,48	R\$ 77.026,44	R\$ 4.378,29	R\$ 108.417,20

CONTRIBUIÇÃO MUNICIPAL - BOMBINHAS - 2020					
PROGRAMA	Câmara Temática	Rubrica 3.1.90.00	Rubrica 3.3.90.00	Rubrica 4.4.90.00	VALOR TOTAL
1 - Manutenção das Atividades do CIM-AMFRI	TODAS	R\$ 23.001,74	R\$ 5.447,42	R\$ 2.723,71	R\$ 31.172,88
2 – Adesão ao SISBI/AMFRI via CIM-AMFRI	AGRICULTURA E PESCA	x	x	x	x
3 - Gestão do Centro de Inovação Regional da Foz do Rio Itajaí	TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	x	x	x	x
4 - Sistema de Transporte Coletivo Regional - STCR	MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA	R\$ 0,00	R\$ 11.199,30	R\$ 1.866,55	R\$ 13.065,85
5 - Manutenção e Conservação das Rodovias Estaduais no Território do CIM-AMFRI	MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA	x	x	x	x
6 - Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais da Região da Foz do Rio	EDUCAÇÃO	x	x	x	x
7 - Serviço de Orientação e Ação Jurídica às Secretarias Municipais de Educação	EDUCAÇÃO	x	x	x	x
8 - Gestão Associada de Serviços Públicos na Área da Cultura na Região da Foz do Rio Itajaí	CULTURA	x	x	x	x
9 - Estudo Técnico Socioambiental	MEIO AMBIENTE E DEFESA CIVIL	x	x	x	x
10 - Sistema de Indicadores de Planejamento Estratégico Territorial e Socioambiental	MEIO AMBIENTE E DEFESA CIVIL	x	x	x	x
TOTAL		R\$ 23.001,74	R\$ 16.646,72	R\$ 4.590,26	R\$ 44.238,73

CONTRIBUIÇÃO MUNICIPAL - CAMBORIÚ - 2020					
PROGRAMA	Câmara Temática	Rubrica 3.1.90.00	Rubrica 3.3.90.00	Rubrica 4.4.90.00	VALOR TOTAL
1 - Manutenção das Atividades do CIM-AMFRI	TODAS	R\$ 96.665,30	R\$ 22.892,91	R\$ 11.446,45	R\$ 131.004,67
2 – Adesão ao SISBI/AMFRI via CIM-AMFRI	AGRICULTURA E PESCA	x	x	x	x
3 - Gestão do Centro de Inovação Regional da Foz do Rio Itajaí	TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	x	x	x	x
4 - Sistema de Transporte Coletivo Regional - STCR	MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA	R\$ 0,00	R\$ 47.133,32	R\$ 7.855,55	R\$ 54.988,87
5 - Manutenção e Conservação das Rodovias Estaduais no Território do CIM-AMFRI	MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA	x	x	x	x
6 - Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais da Região da Foz do Rio	EDUCAÇÃO	x	x	x	x
7 - Serviço de Orientação e Ação Jurídica às Secretarias Municipais de Educação	EDUCAÇÃO	x	x	x	x
8 - Gestão Associada de Serviços Públicos na Área da Cultura na Região da Foz do Rio Itajaí	CULTURA	R\$ 0,00	R\$ 18.363,64	R\$ 0,00	R\$ 18.363,64
9 - Estudo Técnico Socioambiental	MEIO AMBIENTE E DEFESA CIVIL	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
10 - Sistema de Indicadores de Planejamento Estratégico Territorial e Socioambiental	MEIO AMBIENTE E DEFESA CIVIL	x	x	x	x
TOTAL		R\$ 96.665,30	R\$ 88.389,86	R\$ 19.302,01	R\$ 204.357,17

CONTRIBUIÇÃO MUNICIPAL - ILHOTA - 2020					
PROGRAMA	Câmara Temática	Rubrica 3.1.90.00	Rubrica 3.3.90.00	Rubrica 4.4.90.00	VALOR TOTAL
1 - Manutenção das Atividades do CIM-AMFRI	TODAS	R\$ 16.597,38	R\$ 3.930,70	R\$ 1.965,35	R\$ 22.493,44
2 - Adesão ao SISBI/AMFRI via CIM-AMFRI	AGRICULTURA E PESCA	x	x	x	x
3 - Gestão do Centro de Inovação Regional da Foz do Rio Itajaí	TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 9.741,79	R\$ 1.391,68	R\$ 11.133,47
4 - Sistema de Transporte Coletivo Regional - STCR	MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5 - Manutenção e Conservação das Rodovias Estaduais no Território do CIM-AMFRI	MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA	x	x	x	x
6 - Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais da Região da Foz do Rio	EDUCAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 2.996,28	R\$ 0,00	R\$ 2.996,28
7 - Serviço de Orientação e Ação Jurídica às Secretarias Municipais de Educação	EDUCAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8 - Gestão Associada de Serviços Públicos na Área da Cultura na Região da Foz do Rio Itajaí	CULTURA	x	x	x	x
9 - Estudo Técnico Socioambiental	MEIO AMBIENTE E DEFESA CIVIL	x	x	x	x
10 - Sistema de Indicadores de Planejamento Estratégico Territorial e Socioambiental	MEIO AMBIENTE E DEFESA CIVIL	x	x	x	x
TOTAL		R\$ 16.597,38	R\$ 16.668,77	R\$ 3.357,03	R\$ 36.623,19

CONTRIBUIÇÃO MUNICIPAL - ITAJAÍ - 2020					
PROGRAMA	Câmara Temática	Rubrica 3.1.90.00	Rubrica 3.3.90.00	Rubrica 4.4.90.00	VALOR TOTAL
1 - Manutenção das Atividades do CIM-AMFRI	TODAS	R\$ 169.975,78	R\$ 40.254,77	R\$ 20.127,39	R\$ 230.357,94
2 - Adesão ao SISBI/AMFRI via CIM-AMFRI	AGRICULTURA E PESCA	x	x	x	x
3 - Gestão do Centro de Inovação Regional da Foz do Rio Itajaí	TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 315.932,67	R\$ 45.133,24	R\$ 361.065,91
4 - Sistema de Transporte Coletivo Regional - STCR	MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA	R\$ 0,00	R\$ 27.653,44	R\$ 4.608,91	R\$ 32.262,34
5 - Manutenção e Conservação das Rodovias Estaduais no Território do CIM-AMFRI	MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
6 - Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais da Região da Foz do Rio	EDUCAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 43.480,97	R\$ 0,00	R\$ 43.480,97
7 - Serviço de Orientação e Ação Jurídica às Secretarias Municipais de Educação	EDUCAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8 - Gestão Associada de Serviços Públicos na Área da Cultura na Região da Foz do Rio Itajaí	CULTURA	R\$ 0,00	R\$ 18.363,64	R\$ 0,00	R\$ 18.363,64
9 - Estudo Técnico Socioambiental	MEIO AMBIENTE E DEFESA CIVIL	x	x	x	x
10 - Sistema de Indicadores de Planejamento Estratégico Territorial e Socioambiental	MEIO AMBIENTE E DEFESA CIVIL	R\$ 0,00	R\$ 137.346,81	R\$ 0,00	R\$ 137.346,81
TOTAL		R\$ 169.975,78	R\$ 583.032,30	R\$ 69.869,53	R\$ 822.877,61

CONTRIBUIÇÃO MUNICIPAL - ITAPEMA - 2020					
PROGRAMA	Câmara Temática	Rubrica 3.1.90.00	Rubrica 3.3.90.00	Rubrica 4.4.90.00	VALOR TOTAL
1 - Manutenção das Atividades do CIM-AMFRI	TODAS	R\$ 50.567,83	R\$ 11.975,80	R\$ 5.987,90	R\$ 68.531,53
2 - Adesão ao SISBI/AMFRI via CIM-AMFRI	AGRICULTURA E PESCA	R\$ 9.090,91	R\$ 18.181,82	R\$ 0,00	R\$ 27.272,73
3 - Gestão do Centro de Inovação Regional da Foz do Rio Itajaí	TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 25.307,81	R\$ 3.615,40	R\$ 28.923,21
4 - Sistema de Transporte Coletivo Regional - STCR	MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA	R\$ 0,00	R\$ 36.927,64	R\$ 6.154,61	R\$ 43.082,24
5 - Manutenção e Conservação das Rodovias Estaduais no Território do CIM-AMFRI	MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA	x	x	x	x
6 - Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais da Região da Foz do Rio	EDUCAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 13.197,87	R\$ 0,00	R\$ 13.197,87
7 - Serviço de Orientação e Ação Jurídica às Secretarias Municipais de Educação	EDUCAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8 - Gestão Associada de Serviços Públicos na Área da Cultura na Região da Foz do Rio Itajaí	CULTURA	R\$ 0,00	R\$ 18.363,64	R\$ 0,00	R\$ 18.363,64
9 - Estudo Técnico Socioambiental	MEIO AMBIENTE E DEFESA CIVIL	x	x	x	x
10 - Sistema de Indicadores de Planejamento Estratégico Territorial e Socioambiental	MEIO AMBIENTE E DEFESA CIVIL	R\$ 0,00	R\$ 40.860,70	R\$ 0,00	R\$ 40.860,70
TOTAL		R\$ 59.658,73	R\$ 164.815,27	R\$ 15.757,91	R\$ 240.231,92

CONTRIBUIÇÃO MUNICIPAL - LUIZ ALVES - 2020					
PROGRAMA	Câmara Temática	Rubrica 3.1.90.00	Rubrica 3.3.90.00	Rubrica 4.4.90.00	VALOR TOTAL
1 - Manutenção das Atividades do CIM-AMFRI	TODAS	x	x	x	x
2 - Adesão ao SISBI/AMFRI via CIM-AMFRI	AGRICULTURA E PESCA	x	x	x	x
3 - Gestão do Centro de Inovação Regional da Foz do Rio Itajaí	TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	x	x	x	x
4 - Sistema de Transporte Coletivo Regional - STCR	MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA	x	x	x	x
5 - Manutenção e Conservação das Rodovias Estaduais no Território do CIM-AMFRI	MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA	x	x	x	x
6 - Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais da Região da Foz do Rio	EDUCAÇÃO	x	x	x	x
7 - Serviço de Orientação e Ação Jurídica às Secretarias Municipais de Educação	EDUCAÇÃO	x	x	x	x
8 - Gestão Associada de Serviços Públicos na Área da Cultura na Região da Foz do Rio Itajaí	CULTURA	x	x	x	x
9 - Estudo Técnico Socioambiental	MEIO AMBIENTE E DEFESA CIVIL	x	x	x	x
10 - Sistema de Indicadores de Planejamento Estratégico Territorial e Socioambiental	MEIO AMBIENTE E DEFESA CIVIL	x	x	x	x
TOTAL		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

CONTRIBUIÇÃO MUNICIPAL - NAVEGANTES - 2020					
PROGRAMA	Câmara Temática	Rubrica 3.1.90.00	Rubrica 3.3.90.00	Rubrica 4.4.90.00	VALOR TOTAL
1 - Manutenção das Atividades do CIM-AMFRI	TODAS	R\$ 63.082,03	R\$ 14.939,50	R\$ 7.469,75	R\$ 85.491,28
2 - Adesão ao SISBI/AMFRI via CIM-AMFRI	AGRICULTURA E PESCA	R\$ 9.090,91	R\$ 18.181,82	R\$ 0,00	R\$ 27.272,73
3 - Gestão do Centro de Inovação Regional da Foz do Rio Itajaí	TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 60.562,28	R\$ 8.651,75	R\$ 69.214,04
4 - Sistema de Transporte Coletivo Regional - STCR	MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA	R\$ 0,00	R\$ 46.239,72	R\$ 7.706,62	R\$ 53.946,34
5 - Manutenção e Conservação das Rodovias Estaduais no Território do CIM-AMFRI	MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
6 - Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais da Região da Foz do Rio	EDUCAÇÃO	x	x	x	x
7 - Serviço de Orientação e Ação Jurídica às Secretarias Municipais de Educação	EDUCAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8 - Gestão Associada de Serviços Públicos na Área da Cultura na Região da Foz do Rio Itajaí	CULTURA	R\$ 0,00	R\$ 18.363,64	R\$ 0,00	R\$ 18.363,64
9 - Estudo Técnico Socioambiental	MEIO AMBIENTE E DEFESA CIVIL	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
10 - Sistema de Indicadores de Planejamento Estratégico Territorial e Socioambiental	MEIO AMBIENTE E DEFESA CIVIL	x	x	x	x
TOTAL		R\$ 72.172,94	R\$ 158.286,95	R\$ 23.828,12	R\$ 254.288,01

CONTRIBUIÇÃO MUNICIPAL - PENHA - 2020					
PROGRAMA	Câmara Temática	Rubrica 3.1.90.00	Rubrica 3.3.90.00	Rubrica 4.4.90.00	VALOR TOTAL
1 - Manutenção das Atividades do CIM-AMFRI	TODAS	R\$ 25.187,13	R\$ 5.964,98	R\$ 2.982,49	R\$ 34.134,60
2 - Adesão ao SISBI/AMFRI via CIM-AMFRI	AGRICULTURA E PESCA	R\$ 9.090,91	R\$ 18.181,82	R\$ 0,00	R\$ 27.272,73
3 - Gestão do Centro de Inovação Regional da Foz do Rio Itajaí	TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 9.863,23	R\$ 1.409,03	R\$ 11.272,26
4 - Sistema de Transporte Coletivo Regional - STCR	MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA	R\$ 0,00	R\$ 4.097,71	R\$ 682,95	R\$ 4.780,66
5 - Manutenção e Conservação das Rodovias Estaduais no Território do CIM-AMFRI	MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
6 - Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais da Região da Foz do Rio	EDUCAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 5.506,64	R\$ 0,00	R\$ 5.506,64
7 - Serviço de Orientação e Ação Jurídica às Secretarias Municipais de Educação	EDUCAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8 - Gestão Associada de Serviços Públicos na Área da Cultura na Região da Foz do Rio Itajaí	CULTURA	R\$ 0,00	R\$ 18.363,64	R\$ 0,00	R\$ 18.363,64
9 - Estudo Técnico Socioambiental	MEIO AMBIENTE E DEFESA CIVIL	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
10 - Sistema de Indicadores de Planejamento Estratégico Territorial e Socioambiental	MEIO AMBIENTE E DEFESA CIVIL	R\$ 0,00	R\$ 20.352,15	R\$ 0,00	R\$ 20.352,15
TOTAL		R\$ 34.278,04	R\$ 82.330,16	R\$ 5.074,47	R\$ 121.682,67

CONTRIBUIÇÃO MUNICIPAL - PORTO BELO - 2020					
PROGRAMA	Câmara Temática	Rubrica 3.1.90.00	Rubrica 3.3.90.00	Rubrica 4.4.90.00	VALOR TOTAL
1 - Manutenção das Atividades do CIM-AMFRI	TODAS	x	x	x	x
2 – Adesão ao SISBI/AMFRI via CIM-AMFRI	AGRICULTURA E PESCA	x	x	x	x
3 - Gestão do Centro de Inovação Regional da Foz do Rio Itajaí	TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	x	x	x	x
4 - Sistema de Transporte Coletivo Regional - STCR	MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA	x	x	x	x
5 - Manutenção e Conservação das Rodovias Estaduais no Território do CIM-AMFRI	MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA	x	x	x	x
6 - Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais da Região da Foz do Rio	EDUCAÇÃO	x	x	x	x
7 - Serviço de Orientação e Ação Jurídica às Secretarias Municipais de Educação	EDUCAÇÃO	x	x	x	x
8 - Gestão Associada de Serviços Públicos na Área da Cultura na Região da Foz do Rio Itajaí	CULTURA	x	x	x	x
9 - Estudo Técnico Socioambiental	MEIO AMBIENTE E DEFESA CIVIL	x	x	x	x
10 - Sistema de Indicadores de Planejamento Estratégico Territorial e Socioambiental	MEIO AMBIENTE E DEFESA CIVIL	x	x	x	x
TOTAL		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00